

Quinta-feira, 17 de Dezembro de 1981



# DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1981-1982)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1981

**Presidente:** Ex.º Sr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias

**Secretários:** Ex.ºs Srs. Valdemar Cardoso Alves  
 Vítor Manuel Brás  
 António Mendes de Carvalho  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

Concluiu-se o debate, na generalidade, das propostas de lei n.ºs 73/II — Orçamento Geral do Estado para 1982 — e 76/II — Grandes Opções do Plano para 1982 —, que foram aprovadas.

Produziram-se intervenções, para além do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro do Estado das Finanças e do Plano, os Srs. Deputados, Joaquim Miranda (PCP), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Magalhães Mota (ASDI), António Vitorino (UEDS), Borges de Carvalho (PPM), Carlos Brito (PCP), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Rui Pena (CDS), Mário Soares (PS) e Fernando Condeesso (PSD).

Formularam declarações de voto os Srs. Deputados Mário Tomé (UDP) e António Rebelo de Sousa (ASDI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.  
 Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques Figueiredo.  
 Álvaro Roque Bissaia Barreto.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.  
 Anacleto Silva Baptista.  
 António Duarte e Duarte Chagas.  
 António Roleira Marinho.  
 António Sérgio Barbosa Azevedo.  
 António Vilar Ribeiro.  
 Armando Lopes Correia Costa.  
 Arménio Jerónimo Martins Matias.  
 Arménio dos Santos.  
 Carlos Manuel Pereira Pinho.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
 Daniel Cunha Dias.  
 Euleteiro Manuel Alves.  
 Fernando Alfredo Moutinho Garcez.  
 Fernando José F. Fleming de Oliveira.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Fernando dos Reis Condesso.  
 Francisco Mendes da Costa.  
 Jaime Adalberto Simões Ramos.  
 João Evangelista Rocha Almeida.  
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 Joaquim Pinto.  
 José Augusto Ferreira de Campos.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Manuel Pinheiro Barradas.  
 José Mário de Lemos Damião.  
 José de Vargas Bulcão.  
 Júlio Castro Caldas.  
 Leonel Santa Rita Pires.  
 Luís António Martins.  
 Manuel António Araújo dos Santos.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Manuel Pereira.  
 Manuel Ribeiro Arruda.  
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.  
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.

Mário Dias Lopes.  
 Mário Ferreira Bastos Raposo.  
 Mário Marques Ferreira Maduro.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.  
 Rui Alberto Barradas do Amaral.  
 Valdemar Cardoso Alves.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Virgílio António Pinto Nunes.

**Partido Socialista (PS)**

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Alberto Marques Antunes.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 António de Almeida Santos.  
 António Chaves Medeiros.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Emílio Teixeira Lopes.  
 António Fernando Marques R. Reis.  
 António José Sanches Esteves.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Beatriz Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Manuel N. Costa Candal.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Fausto Sacramento Marques.  
 Fernando Torres Marinho.  
 Fernando Verdasca Vieira.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 Guilherme Gomes dos Santos.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Leonel Sousa Fadigas.  
 Luís Manuel César Nunes de Almeida.  
 Luís Silvério Gonçalves Saisas.  
 Manuel António dos Santos.  
 Manuel Francisco da Costa.  
 Manuel Trindade Reis.  
 Mário Alberto Lopes Soares.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raul D'Assunção Pimenta Rego.  
 Rui Fernando Pereira Mateus.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Vítor Manuel Brás.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adalberto Neiva de Oliveira.  
 Adriano José Alves Moreira.  
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alberto Henriques Coimbra.  
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António Mendes de Carvalho.  
 Carlos Alberto Rosa.  
 Carlos Eduardo Oliveira e Sousa.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Daniel Fernandes Domingues.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.

Emílio Leitão Paulo.  
 Eugénio Maria Anacoreta Correia.  
 Francisco Manuel L.V. Oliveira Dias.  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.  
 Henrique José C.M. Pereira de Moraes.  
 João António de Moraes Leitão.  
 João Gomes de Abreu Lima.  
 João José M. Pulido de Almeida.  
 João Lopes Porto.  
 José Alberto de Faria Xerez.  
 José Eduardo F. de Sanches Osório.  
 José Miguel N. Anacoreta Correia.  
 Luís Azevedo Coutinho.  
 Luís Carlos Calheiros V. Sampaio.  
 Luís Filipe Paes Beiroco.  
 Luísa Maria Freire Vaz Raposo.  
 Manuel Afonso Almeida Pinto.  
 Manuel Carlos Costa Silva.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Rogério Ferreira Monção Leão.  
 Rui António Pacheco Mendes.  
 Rui Eduardo Rodrigues Pena.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Víctor Afonso Pinto da Cruz.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 Álvaro Favares Brasileiro.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António José de Almeida Silva Graça.  
 António José M. Vidigal Amaro.  
 António da Silva Mota.  
 Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim António Miranda da Silva.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 Jorge Manuel Lampeira Patrício.  
 João Carbos Abrantes.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitorino.  
 Josefina Maria Andrade.  
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.  
 Manuel Rogério de Sousa Brito.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Mâriana Grou Lanita da Silva.  
 Octávio Augusto Teixeira.

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

António José Borges G. de Carvalho.  
 António de Sousa Lara.  
 Jorge Victor Portugal da Silveira.  
 Henrique Barrilaro Ruas.  
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

**Acção Social-Democrata Independente (ASDI)**

Fernando Dias de Carvalho.  
 Joaquim Jorge de Magalhães Mota.

**União da Esquerda para a Democracia Socialista  
 (UEDS)**

António César Gouveia de Oliveira.  
 António Ferreira Guedes.  
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)  
Helena Cidade Moura.

União Democrática Popular (UDP)  
Mário António Baptista Tomé.

*Entretanto, tomaram assento na respectiva bancada os Membros do Governo.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, gostaríamos que ficasse registado no *Diário da Assembleia da República* que solicitamos ao Sr. Presidente da Assembleia da República uma reunião, ainda durante a manhã, com o objectivo de debater um assunto que consideramos milindroso e que não pode ser, na nossa opinião, transferido para a tarde.

Na realidade, já ontem um Sr. Deputado do PPM, numa intervenção aqui produzida, fez críticas e colocou sérias reservas ao comportamento da RTP. Temos aqui uma nota oficiosa em que o Governo invoca factos de forma parcial e inexacta, fazendo juízos de valor e considerações que julgamos inteiramente erradas e despropositadas.

Exigimos, pois, que haja uma reunião, ainda durante a manhã, a fim de que este assunto seja clarificado. Dessa forma, podem querer os grupos parlamentares visados, quer o Governo, analisar objectivamente o assunto e à oposição será possível exprimir o seu ponto de vista e protestar contra semelhante abuso e manipulação da parte do autor desta nota oficiosa.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vamos exigir que a reunião seja de manhã, mas vamos sim solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que faça a marcação dessa reunião para o início da tarde, face ao facto de se efectuar na manhã de hoje a última destinada à discussão na generalidade do OGE e do Plano e de se proceder, inclusivamente, à sua votação.

Note-se que a discussão deste assunto será longa, pois ele não é somente um problema da oposição, mas deste Parlamento e de todos os grupos parlamentares. Não gostaríamos de ver a oposição apropiar-se de uma situação que respeita ao Parlamento e não, exclusivamente, aos grupos parlamentares da oposição. Falo com todo o à-vontade, pois nem sequer conheço, ainda, a referida nota oficiosa. O problema, em si, é mais vasto e por isso entendo que requer uma discussão aprofundada.

Além do mais, tendo em conta a forma como se desenrolam as nossas reuniões tratar-se-á de uma reunião longa. Por outro lado, temos marcada, para as cinco e meia da tarde uma reunião de rotina. Assim proponho, com o objectivo de termos tempo suficiente para o assunto ser discutido, que seja considerada a nossa solicitação.

Não podemos prejudicar o período da manhã já que estamos na fase final do debate do OGE, que é um debate nobre, em termos do Parlamento, e nessas circunstâncias há que participar nele.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa vai procurar organizar tudo no sentido de que a conferência dos presidentes dos grupos parlamentares se faça com todos os elementos necessários, o mais cedo possível, naturalmente com a participação do Governo, uma vez que é parte directamente interessada na matéria em questão.

Não desejaría estabelecer um período excepcional de intervenções acerca de um tema que nada tem a ver com a nossa ordem do dia.

A conferência dos presidentes dos grupos parlamentares realizar-se-á e vão ser feitas diligências no sentido de determinar a hora. Nunca, desde que solicitada, se deixou de fazer qualquer conferência dos presidentes dos grupos parlamentares.

Iniciemos, pois, os nossos trabalhos de hoje.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente desta Assembleia, que entre desde já em contacto com a RTP a fim de que o meu grupo parlamentar, nos termos do Estatuto da Oposição, possa usar do direito de resposta em relação a esta nota oficiosa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, deverá formular por escrito a sua solicitação que terá o seguimento adequado. Insistia no sentido de não efectuarmos um debate acerca desta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, para interpelar a Mesa.

Estando a circular e a ser transmitido pelos órgãos de comunicação social, incluindo a televisão, um comunicado do Governo, que se refere à Assembleia da República, e que é manifestamente falso nessa parte, ao Sr. Presidente se não entende que é de uma grande urgência reparar tal dano, que está a causar prejuízo a partidos legitimamente representados na Assembleia da República e ao próprio órgão de soberania, que é esta mesma Assembleia. Não implicará isso que se tomem as medidas mais urgentes? Não implicará isso uma tomada de posição imediata do Sr. Presidente, dizendo que o comunicado do Governo não é verdadeiro?

A afirmação por mim feita — e que outros Srs. Deputados em representação de outros grupos parlamentares também fizeram —, na última reunião que terminou às 3 horas da manhã, foi no sentido de que, nas circunstâncias criadas, não assumiríamos nenhum compromisso, ficando a responsabilidade das transmissões a cargo do Governo e da RTP, com a certeza de que as mesmas se efectuariam.

É o Governo que não quer as transmissões mas vem agora responsabilizar os partidos da oposição de não as quererem. Esta é uma situação de falsidade informativa que está a ser dada ao País e é urgente que a verdade seja repostada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa está a fazer diligências para que uma reunião se faça com a participação, natural e conveniente, dos Membros do Governo.

Receio que não chegemos a votar o OGE se continuarmos nesta via.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, interviu somente para dizer que se o meu grupo parlamentar não se pronunciou sobre o assunto, porque estava a concordar com a posição de V. Ex.<sup>a</sup>, isso não quer dizer que se oponha à conferência dos presidentes dos grupos parlamentares no período da manhã se tal for exequível. Caso o não seja, tal deverá ter lugar logo que possível.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar à ordem do dia.

Queria dar conhecimento, entretanto, de que deu entrada ontem na Mesa um voto subscrito pelo Sr. Deputado da UDP, que suponho já está a ser distribuído e que será agendado para conferência dos presidentes dos grupos parlamentares.

De referir ainda que há 3 pareceres da Comissão de Regimentos e Mandatos, eventualmente com uma certa urgência. Um, no sentido de autorizar o Sr. Deputado Armando Ribeiro de Oliveira a comparecer no Tribunal da Póvoa de Lanhoso; outro, no sentido de autorizar o Sr. Deputado Soares Cruz a comparecer no 1.º Juízo Correcional de Lisboa; o terceiro, no sentido de não autorizar o Sr. Deputado José Lemos Damião a comparecer no Tribunal da Comarca de Guimarães. Pergunto à Câmara se há alguma objecção relativa a estes relatórios.

*Pausa.*

Como não há considero que os pareceres procedem.

Há também um ofício, de 29 de outubro, do Sr. Secretário de Estado do Planeamento, solicitando a anuência desta Assembleia na nomeação do Sr. Deputado Casimiro Pires, como Director do Gabinete do Aeroporto de Sta. Catarina, na Madeira. Foi pedido parecer à Comissão de Regimento e Mandatos que, em comunicação de ontem, dá um parecer, aprovado pela unanimidade dos seus membros, e que após várias considerações conclui no sentido de considerar incompatível o exercício simultâneo das funções de deputado e de Director do Gabinete do Aeroporto de S.<sup>a</sup> Catarina. Na alínea b) do parecer refere-se que a nomeação do Sr. Deputado Casimiro Pires, como director do referido gabinete, implica a suspensão do mandato de deputado, como preceitua a alínea d) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia, durante o período de desempenho daquelas funções.

Se não houver objecções considerarei que este parecer da Comissão de Regimentos e Mandatos merece a concordância do Plenário, procedendo à sua transmissão ao Sr. Deputado e ao Sr. Secretário de Estado.

*Pausa.*

Como não há, assim farei.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda.

**O Sr. Joaquim Miranda (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados; Não podemos deixar de suscitar neste debate uma questão que nos parece da maior importância e para a qual gostaríamos de obter respostas claras do Governo, em particular do Sr. Ministro da Reforma Administrativa.

No que respeita aos trabalhadores da função pública, o Sr. Ministro das Finanças e do Plano fala em medidas drásticas, o Sr. Deputado Sousa Tavares reclama a diminuição do número de empregados na Administração Pública e apregoá a falta de produtividade. O Sr. Ministro da Reforma Administrativa, dá

o dito por não dito e numa atitude adequada àquelas outras cortou qualquer hipótese de negociação com os Sindicatos, ao arreio do direito que a estes assiste à negociação colectiva.

A AD e este seu governo não podem agora tentar escamotear as suas verdadeiras intenções.

Em primeiro lugar, a imposição de um tecto salarial de 15% o qual, relativamente à tabela em vigor, representa ainda um aumento real bastante inferior a tal valor, o que não deixa de ser escandaloso se se comparar com os 17%, de inflação, isto na visão optimista do Governo, que se verificarão no próximo ano.

Por outro lado, e sempre ao arreio de qualquer acordo com os sindicatos, sempre pela imposição, o Governo entende lançar sobre os trabalhadores da função pública a cobrança de impostos, sem que lhes garanta cabalmente, e em termos futuros, de que de tal medida não virão a ocorrer quaisquer diminuições dos vencimentos líquidos ou de regalias adquiridas.

É evidente que os trabalhadores da função pública não pretendem qualquer situação de privilégio; mas é igualmente justo que não permitam outras reduções no seu já fortemente afectado poder de compra e pretendam também a equiparação no que respeita a direitos.

Por outro lado ainda, vem o Governo afirmar que vai terminar com serviços e dizer ser necessária a mobilidade dos trabalhadores da função pública.

Os trabalhadores da função pública não têm nada a opor quanto à maior racionalidade dos serviços públicos, mas tais anúncios, feitos a seco como o foram, levantam inevitavelmente questões pertinentes.

Que serviços vão acabar? Que critérios vão ser seguidos? Como vão ser definidos tais critérios?

E para onde vão os trabalhadores em tais serviços?

Que significado objectivo se pode retirar da apregoada intenção de maior mobilidade?

Estas são preocupações que se colocam aos trabalhadores da função pública e para as quais também não têm obtido do Governo qualquer resposta convincente.

Com estas medidas desastrosas que agora pretende impor aos trabalhadores da função pública o Governo tenta transformá-los em bodes espiatórios de uma situação cuja responsabilidade cabe particularmente à AD.

Tudo isto após o Governo afirmar no seu Programa que pretende, passo a citar: "garantir os direitos e o nível económico e social dos funcionários."

Neste quadro, bem se entende a própria campanha difamatória e vergonhosa que vem sendo lançada contra os trabalhadores do sector, — e aqui mesmo nesta Assembleia, e que consiste, ora na responsabilização destes, por uma pretensa falta de produtividade, o que é desmentido por estudos do próprio Banco de Portugal, ora no apregoado número excessivo de trabalhadores empregados na Administração Pública, o que não resiste à mais simples análise comparativa com o que se passa, por exemplo, no conjunto dos países da OCDE, pese embora os argumentos apressados do Ministro das Finanças, aqui referidos ontem.

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** No que respeita aos trabalhadores da função pública este orçamento constitui um roubo descarado; mas é também uma fonte vergonhosa de insegurança para os referidos trabalhadores.

Estas são, no entender do Governo, as recompensas que lhes deve conceder pelo esforço acrescido que lhes

vai exigir, com vista a alcançar o pretendido aumento de produtividade de 3%.

Convenhamos, que neste caso, bem podemos dizer que quem recebe as prendas de Natal é o Governo e quem as paga, e bem caras, são os trabalhadores.

Outra coisa não seria de esperar de um governo da AD.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — O Partido Socialista já informou que só tem uma intervenção. Não sei se o Governo terá uma ou duas intervenções, se pretende usar da palavra neste momento ou se se reserva para o encerramento.

**O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Fernando Amaral):** — Sr. Presidente, o Governo só intervirá na fase do encerramento.

**O Sr. Presidente:** — Quer o Sr. Deputado da UDP, quer qualquer grupo parlamentar, podem aproveitar o tempo ou para uma intervenção ou para uma declaração de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Eu prefiro fazer a declaração de voto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Muito bem, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura pretende intervir agora?

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, tal matéria é da responsabilidade do meu colega Heriberto Goulart. Não posso, por consequência, decidir neste momento.

**O Sr. Presidente:** — Certamente, o Sr. Deputado Heriberto Goulart desejará fazer, de preferência, uma declaração de voto, já que não está aqui, neste momento. Tem a palavra, se assim o desejar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — Preferia usar os escassos cinco minutos de combinação com o meu colega. No entanto, gastaria meio minuto para fazer um pedido ao Governo.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Fiz aqui uma pergunta ao Governo, acerca de uma matéria extremamente grave. É evidente que não era para ser respondida, mas gostaria que o Sr. Ministro Fernando Amaral fizesse o favor de transmitir ao Sr. Primeiro-Ministro o nosso pedido, no sentido de que as informações do Sr. Governador Civil de Aveiro, acerca das associações culturais, enviadas para o Ministério da Educação, fossem distribuídas nesta Assembleia, já que não pertencendo aos arquivos da PIDE/DGS, que foi extinta, devem ser do conhecimento público.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada. É agora a vez da ASDI ou da UEDS. Tenho a impressão que na última vez foi a UEDS. Será hoje preferível ser a ASDI.

Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Magalhães Mota (ASDI):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Reservaremos a maior parte do nosso tempo para uma declaração de voto mas, em todo o

caso, não queria deixar passar esta oportunidade sem fazer uma curíssima intervenção no escasso tempo de que disponho.

Limitar-me-ia, por isso, a salientar duas notas do debate.

É conhecida uma história tornada clássica, e por isso me atrevo aqui a repetir partindo do princípio de que toda a gente a conhece.

Trata-se da história de um passageiro transportado por um automóvel de aluguer durante algum tempo, e que ao fim do percurso ouve do motorista este recado: "Agora chegámos a um beco, o beco é grande, temos de voltar para trás, há uma subida e você vai ter de empurrar o automóvel e, para além de tudo o mais, na situação de crise em que vivemos, a bandeirada está a custar o dobro do que antes custava."

Creio que nesta situação — e é o desfecho da história — o passageiro teria de perguntar: "Mas quem vinha a conduzir, senhor motorista? Quem é que nos meteu no beco?"

Essa é a mesma pergunta que, neste momento, resalta deste debate. Foi este governo, foi o Governo da AD que, ao longo do ano de 1980, nos conduziu à situação em que hoje nos encontramos.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

**O Orador:** — E isso tem de ficar claro neste debate.

Uma segunda nota que gostaria ficasse clara, porque também ela é importante. Ouvimos ontem das bancadas da maioria, após a intervenção feita pelo deputado Victor Constâncio, uma manifestação que se pode resumir no seguinte: finalmente temos alternativa!

Gostaria que isto ficasse anotado. Já tinha disso consciência. Ainda bem que foi reconhecido!

*Aplausos da ASDI e do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Seguidamente, tem a palavra o representante da UEDS.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Sr. Presidente, o meu camarada António Vitorino é que fará a intervenção final da UEDS. Mas nós julgávamos que o debate se processaria de modo a que se seguisse a ordem crescente dos partidos.

**O Sr. Presidente:** — Mas é assim que se está a fazer, Sr. Deputado.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Então, Sr. Presidente, como o deputado António Vitorino não se encontra presente, requeiro a suspensão da sessão por cinco minutos.

**O Sr. Presidente:** — Com certeza, Sr. Deputado. Está suspensa a sessão.

*Eram 11 horas e 5 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 11 horas e 10 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a apalavra o Sr. Deputado António Vitorino.

**O Sr. António Vitorino (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs.<sup>a</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Cabe-me encerrar, em nome do Grupo Parlamentar

da UEDS, o debate das Propostas de Lei do Plano e do Orçamento Geral do Estado.

A nossa atitude perante as propostas de lei em causa é simultaneamente fácil e difícil.

Fácil porque não hesitamos um só momento na sua rejeição, e por isso limitamo-nos a agir em função dos ditames da nossa consciência, da nossa leitura do interesse nacional, do nosso compromisso político, enquanto socialistas democráticos, para com o eleitorado.

Mas é também difícil porque pesa sobre nós a consciência aguda e dolorosa de estarmos a assistir à implementação de uma política económica, financeira e orçamental que, sob a batuta da AD, vai precipitando paulatinamente o nosso país numa vertente inclinada, cujo desfecho será forçosamente negativo para os interesses do país e dos portugueses.

Permiti-me por isso que alinhe no pátio da vossa inteligência alguns argumentos que pesam no sentido do nosso voto.

Em primeiro lugar, cumpre sublinhar que a defesa que foi feita pelo Governo e pelas bancadas da maioria da política da lógica de orientação económica ora explanada nos soube a pouco e muitas vezes a falso. Constatámos no decurso do debate que as estimativas para 1981 apresentadas pelo anterior governo Balsemão falharam redondamente, e não apenas em virtude de factores imprevisíveis como a prolongada seca ou a inusitada revalorização do dólar, mas também pelo lachismo económico de um "quadrado mágico" que então nos foi prometido e que parece não ter passado de uma manobra de propaganda mal sucedida. O forte da AD não é, por isso, a previsão económica. E recordando uma frase do general De Gaulle sempre direi que governar é prever.

Governam mal!

Em segundo lugar, a proposta de lei do Plano para 1982, tão sobranceiramente desprezada pelo quixotismo híntio e distante do Sr. Ministro das Finanças e do Plano, não aparece adequadamente integrada nas metas e objectivos que o Plano a Médio Prazo definia. O que é aliás particularmente evidente no respeitante ao emprego, à evolução da inflação, ao desenvolvimento das exportações e aos incentivos ao investimento.

Com efeito, a AD apresenta de novo, como prioridades da sua política económica, a promoção do investimento privado e a concentração de esforços nos sectores de exportação sem explicar sequer porque é que a promessa de criação de mais 80 mil postos de trabalho, apresentada no Programa de Governo, regista um integral desmentido prático na existência de mais de 60 mil desempregados no final do primeiro semestre de 1981 por comparação com o final do primeiro semestre de 1980; porque é que a taxa de inflação atingiu em Portugal os 18,5% no ano transacto por comparação com a taxa média de 10% nos países da OCDE sem que o Governo nos explique como vão ser adoptadas medidas que permitam reduzir aquele desnível na lógica da aproximação com a Europa.

As prioridades do Governo tivemos ocasião de contrapor no decurso deste debate uma lógica diversa: a da preferência no combate à inflação e ao desemprego, mediante a adequada dinamização do sector público e a definição de uma perspectiva realista de alargamento do mercado interno, visando

a satisfação das necessidades básicas dos Portugueses.

Pela nossa parte não negamos que a situação financeira e orçamental do país seja delicada, mas com a lógica da política económica clientelar da AD não chegaremos a bom porto.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — E nem nos tranquiliza a serenidade longínqua de judoca do Sr. Ministro das Finanças e do Plano, que não se dignou explicar aqui as razões fundamentais que nos poderiam fazer confiar no êxito da sua política económica. Só se ainda não se pode saber que quando abandonar a pasta das Finanças, para garantia do "êxito" desta política económica, já tenha assegurada a sua nomeação para a direcção do Gabinete de Estudos e Planeamento do Banco de Portugal.

A não ser assim o relatório do próximo ano não será tão benevolente como o antecedente.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: "Mal daqueles que escondem de si próprios a verdade que encandeia, porque acabarão queimados": a frase não é minha, mas sim da sabedoria popular chinesa, e traz-nos a crua verdade milenária das longínquas paragens do Extremo Oriente, de terras bem próximas do Japão que tanto fascina o Sr. Ministro das Finanças e do Plano, que decerto não ignorará, também a idêntica proximidade geográfica de Singapura.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Este Plano e este Orçamento, sob a pretensa capa de uma política de verdade, pretende esconder a manifesta incoerência de uma política económica que, à revelia dos objectivos constitucionais, não serve os interesses dos trabalhadores portugueses.

Por fidelidade às motivações políticas que nos animam, porque não queremos ser coniventes com uma acção política incapaz e irresponsável, votaremos contra as duas propostas de lei. E se é verdade que quem dá o que pode a mais não é obrigado, o que a AD pode dar é bem pouco. Este é pois mais um passo para o desmascaramento de uma maioria cuja perniciosa actuação defrauda o País e o interesse nacional e para a edificação de uma política alternativa, de um governo alternativo que conduza o País a bom porto.

*Aplausos da UEDS, do PS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Raras vezes se verificará que um governo, a um ano de eleições, ainda que locais, e portanto, com discutível influência a nível do executivo, se apresente ao julgamento parlamentar com um orçamento tão claramente fora de preocupações eleitoralistas.

Não consideramos ilegítimas as preocupações que podem levar um governo a inserir num diploma desta importância os ingredientes que, pela sua popularidade, pela sua fácil compreensão, pelo apoio

imediato que suscitam, possam contribuir para reforçar posições junto do eleitorado.

Não consideramos impossível, mesmo numa situação difícil como a que atravessamos, alinhar números propiciadores das mais agradáveis benesses sociais, adiantando, de uma ou de outra maneira, a forma de captação dos meios para a sua cobertura.

Mas, partindo de uma situação de facto, apresentar um orçamento que, claramente, não vai contentar nem os próprios ministros responsáveis pelos diversos departamentos da Administração Pública, muito menos os cidadãos nas suas aspirações mais imediatas, as autarquias locais, as forças armadas, os sindicatos, as associações patronais, os agricultores, os industriais, é um acto de coragem cívica, de desassombro e de honestidade política, só possível da parte de quem, com desapego ao poder, com frontalidade e seriedade, encara os problemas do País e a sua missão como Governo.

E se é verdade que, parcialmente, enquanto sujeitos de interesses próprios, nenhum de nós, nenhuma das sociedades menores em que nos integramos, poderá considerar-se satisfeita com este orçamento, não é menos verdade que ele tem condições para ser compreendido e aceite por cada um, na sua qualidade de português, para quem o destino e o interesse da Pátria se sobrepõem aos outros e é capaz de acreditar no sacrifício pessoal em favor do bem comum.

O Governo trocou a popularidade fácil pela busca difícil da compreensão dos problemas, abdicou da promessa leviana em favor de declaração inequívoca das dificuldades, sacrificou no altar do futuro o minitriunfo político que poderia obter no presente.

É antes de mais, e principalmente por isso, que o Governo merece, da nossa parte, um aplauso sem restrições.

Não se diga que este governo apresenta um orçamento contraditório em relação aos anteriores governos da Aliança Democrática. Não se pretenda elogiar João Salgueiro para demolir Cavaco e Silva, não se queira elogiar Morais Leitão para criticar João Salgueiro.

Se há, e é verdade que há, diferenças importantes entre a política que aqui e hoje vamos aprovar e aquelas que anteriormente foram prosseguidas é pela simples e clara razão de que terá sido este o primeiro Governo a desencantar-se com realismo acerca das possibilidades concretas, constitucionais e políticas que, em Portugal, um governo democrático tem de cumprir um programa democrático, democraticamente aprovado pela maioria dos portugueses.

Para além da crise internacional, da taxa de juro e da valorização do dólar, da seca, da falta de produtividade do trabalho, existem, para o Governo português, limitações intoleráveis.

Tomar medidas que, em qualquer país da Europa Ocidental, contestadas embora, se inserem num plano de incontestável normalidade política e constitucional, não é possível aos governos democráticos da AD, submetidos ao vexame dos vetos militares, ali com apoio jurídico, acolá com mera intenção política.

As nacionalizações, efectuadas ao arrepio da vontade democrática dos cidadãos, para pura satisfação do narcisismo ideológico do PCP são hoje pagas a peso de ouro pelos portugueses. Importa que o

Governo torne bem claro quanto dos 750 000 000 de contos da dívida pública e dos 135 700 000 de contos do seu serviço são motivados pelas nacionalizações. Importa também contrapor tais números aos lucros arrecadados pelos antigos accionistas, deduzidos impostos, saber qual é a diferença e, também, ver os resultados em termos de contribuição industrial.

É preciso que os portugueses saibam quanto lhes custa e quanto lhes vai custar no futuro a rigidez marmórea da Constituição em termos de nacionalizações e de delimitação de sectores.

É preciso que os portugueses saibam como este governo não pode, e em que é que não pode, cumprir o programa da coligação eleitoral que o colocou no Poder e quanto vai o povo português ter que pagar por isso.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** — Sr. Presidente, se me dá licença, o que tinha ficado acordado é que os grupos parlamentares podiam descontar no dia seguinte o tempo necessário para acabar uma intervenção.

**O Sr. Presidente:** — Mas é que estamos a acabar a discussão na generalidade.

**O Orador:** — Mas, Sr. Presidente, na conferência dos grupos parlamentares não ficou expresso que os debates na generalidade e na especialidade seriam estanques.

No entanto, submeter-me-ei às ordens do Sr. Presidente.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar Socialista não se opõe a que o Sr. Deputado Borges de Carvalho use o tempo necessário para terminar a sua intervenção, até porque já em debates anteriores seguimos sempre o sistema de permitir a um deputado, que não tem ensejo de esgotar a sua intervenção no tempo que lhe cabe, a fazê-lo.

Estamos, portanto, de acordo que se conceda o tempo que o Sr. Deputado Borges de Carvalho necessita para acabar a sua intervenção.

**O Sr. Presidente:** — Se esse for o entendimento da Câmara, pela minha parte, tenho todo o gosto em dar de novo a palavra ao Sr. Deputado Borges de Carvalho para concluir a sua intervenção.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Sr. Presidente, pela parte do meu grupo parlamentar não nos opomos àquilo que foi explicitado pelo Sr. Deputado Borges de Carvalho. Isto é, que conclua a sua intervenção, descontando o tempo que use no tempo de que dispõe para amanhã.

**Vozes do PPM:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Com certeza, Sr. Deputado. Para concluir a sua intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Sr. Presidente cumpre-me agradecer aos Srs. Deputados, que se expressaram a meu favor, a sua atitude.

É bom que se conheça a natureza das empresas públicas que vão ser subsidiadas com 11 000 000 de contos ou que vão ver o seu capital aumentado com 17 000 000 de contos, 28 000 000 de contos. Quais são os subsídios e os aumentos de capital para as empresas que se orientam numa óptica social, como a CP, e quais os que contemplam empresas viradas para uma óptica de mercado como a Central de Cervejas ou a TAP?

Qual o peso de tudo isto no OGE?

Quais as verbas porque se distribuem os 178 000 contos atribuídos à Presidência da República? Será que o Presidente da República precisa, para poder funcionar, do mesmo montante que seria necessário para pagar os vencimentos de mais de 300 deputados durante um ano?

Mas não é só no plano da política económica e financeira que o Governo se encontra peado de exercer as suas funções.

É este o único governo da Europa democrática que não tem, ou melhor, não pode constitucionalmente pôr em prática uma política de defesa. No plano da defesa, estamos convictos, seria possível um consenso político que ultrapassasse as bancadas da maioria o que, aliás, é comum a muitos países da Europa. Mas o Governo de Portugal tem de se limitar a aceitar critérios que não são seus nem passam pelo veredito desta Assembleia.

Os 50 000 000 de contos atribuídos às forças armadas são distribuídos pelos 3 ramos em percentagens aproximadas às de anos anteriores. Isto revela que, mau grado o facto de a natureza das missões naturalmente atribuíveis aos diversos ramos apontar em sentido contrário, isto é, no sentido do reforço das actividades fiscalizadoras e de defesa da Marinha e da Força Aérea, particularmente no triângulo estratégico Lisboa-Madeira-Açores, se mantém o gigantismo desproporcionado do Exército de terra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando um governo, consciente dos factores de crise, interioriza as limitações antidemocráticas e quase inelutáveis ao cumprimento do seu programa e assume plenamente a responsabilidade, perante o seu próprio eleitorado, de tomar medidas que, a curto prazo apontam para uma austeridade a todos desagradável, cumpre-nos prestar-lhe homenagem e desejar-lhe êxito.

A progressão exponencial do défice levaria a uma situação em que, mais do que pôr em causa os governos, quem acabaria por ficar em causa seria o próprio regime democrático, sujeito a qualquer golpe de força que viesse pretensamente obviar à grave situação criada, para qual o regime não teria tido coragem política de pôr cobro.

Ao querer inverter o sentido gravoso do evoluir da situação, este governo está, pois, para além de mais, na primeira linha de defesa do regime, na primeira linha de defesa da liberdade dos Portugueses.

*Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O S. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, sem contar do tempo de que dispomos, e em jeito de uma interpelação à Mesa, gostaria de dizer que não me sinto obrigado a intervir agora. Isto pela simples razão de que não ficou combinado a realização de uma sessão formal de encerramento, admitindo-se até que os tempos que cada partido dispõe pudessem ser utilizados das mais diversas maneiras, fazendo-se intervenções, declarações de voto, etc.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, dá-me licença...

**O Orador:** — Da parte do meu grupo parlamentar demos já o nosso contributo para o *roulement*, tendo produzido uma intervenção o meu camarada Joaquim Miranda. Como há outros grupos parlamentares que ainda não usaram da palavra, não nos sentimos obrigados a intervir de imediato.

Em todo o caso, se o Sr. Presidente não tiver inscrições, se os trabalhos da Assembleia da República puderem vir a ser prejudicados pelo facto de não haver mais ninguém preparado para intervir, podemos fazê-lo. Estamos, aliás como sempre acontece, preparados para intervir. No entanto, gostaria de dizer que não somos obrigados a intervir.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Carlos Brito, tentei responder-lhe imediatamente mas não me foi possível. É certo que não houve acordo prévio acerca desta matéria.

Contudo, também é certo que, logo no início dos trabalhos de hoje e perante uma atitude de retracção quanto às intervenções dos vários partidos, todos aceitaram esta metodologia que temos estado a seguir.

Assim, Sr. Deputado usará agora da palavra, se assim o desejar, senão terá oportunidade de a utilizar numa declaração de voto.

Em todo o caso, devo dizer-lhe que foi aceite por todos os grupos parlamentares presentes que se procedesse de forma como se está a fazer. Nem sequer foi uma iniciativa minha.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, devo dizer que essa metodologia não foi aceite e nem sequer houve da parte do meu grupo parlamentar retracção, até porque o PCP foi o primeiro partido a intervir na sessão de hoje.

Em todo o caso, intervirei, embora não tenha gostado da maneira como o Sr. Presidente colocou a questão, dizendo que, se eu não interviver agora, terei oportunidade de fazer uma declaração de voto. O Sr. Presidente não pode colocar a questão dessa maneira. No entanto vou intervir, para encurtar razões.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputados: O debate sobre as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do OGE para 1982, agora prestes a terminar, comprovou claramente que os últimos dois anos da vida portuguesa dominados pela governação da AD constituem um período de grande agravamento de todos os problemas nacionais, de deterioração acelerada da situação económica, social e política do País.

Esta é a primeira grande conclusão do debate a que a AD não pôde e não pode fugir. É por isso que não há transmissões pela televisão.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas a AD e o seu governo fogem com quanta manha e desfaçatez possuem a reconhecer a segunda conclusão de corrente do debate, isto é, que o enorme declínio económico e social verificado nestes últimos dois anos é o resultado directo da própria governação da AD.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Fazer ressaltar do debate os elementos que ilustram as culpas sem perdão dos três governos da AD na situação de caos económico e social para que estamos a ser arrastados não é um exercício teórico sem consequências, ou a temosia no jogo político-partidário de descarregar o fardo para os ombros dos adversários.

Fazê-lo representa o acto patriótico de saber retirar da experiência ensinamentos sobre os caminhos que definitivamente não interessam ao país, o que constitui uma operação indispensável para que se encontrem com segurança as vias do desenvolvimento e do progresso nacionais.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — É esta experiência de dois anos que demonstra que a AD, representando os interesses exploradores e parasitários do grande capital, dós latifundiários e das multinacionais, é incapaz de interpretar e dar solução aos problemas do nosso povo e do nosso país.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para iludir as suas responsabilidades a AD recorre a todas as justificações possíveis e imaginárias: a seca, o dólar, o petróleo, a revolução e até a ancestral pobreza do País.

Invocando a nossa ancestral pobreza, os porta-vozes da AD adoptam a ancestral maneira de bloquear na nossa terra os caminhos do progresso, adoptam sobretudo a ancestral maneira de perpetuar uma bárbara repartição do bem-estar.

*Aplausos do PCP.*

A ancestral pobreza do País foi o chavão com que Salazar cobriu à sombra protectora da sua implacável ditadura a formação e o crescimento de fortunas colossais, como a de Champalimaud que se reclama como o 6.º homem mais rico da Europa e a dos Mellos, que se apresentavam como uma das mais poderosas famílias europeias.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Assim não espanta que os porta-vozes da AD, incluindo os seus Ministros, tentem de uma forma que já se tornou ridícula responsabilizar pela crise e pelo atraso do país cinco meses de revolução e absolvam ou amnistiem os cinquenta anos de ditadura fascista exercida pelas mesmas classes sociais que actualmente determinam a política da AD.

*Aplausos do PCP.*

Ninguém culpa o Governo e a AD pela seca, pela crise do petróleo ou pela política monetária da administração Reagan, tão lesiva dos nossos interesses. Culpa-se o Governo e a AD pela incapaci-

cidade de previsão e por não ter tomado medidas a tempo, por não ter tomado medidas adequadas, por não ter tomado medidas nenhuma para atenuar o impacte destes fenómenos na situação nacional. Mais, culpa-se a AD pela atitude contumaz que revela nas propostas de lei e respectivos relatórios e no próprio debate, de ainda agora não prever quaisquer medidas admitindo a persistência de condições desfavoráveis e tudo fazer depender da sorte de um "se" as condições mudaram para melhor. É significativo, a propósito, a aposta absoluta que o Governo continua a fazer no aumento das exportações, depois do espectacular revés de 1981 — isto é, o trambulhão do crescimento de 7% estabelecido nas GOP's-81 e o decréscimo real de 3,5% agora estimado pelo Governo — e quando tantos factores continuam a apontar para uma conjuntura desfavorável em boa parte dos nossos parceiros comerciais.

Culpa-se a AD pela política de destruição e o clima de cruzada contra a Reforma Agrária propiciadores do arbítrio, da ilegalidade e da corrupção de que o Governo não nega a existência mas que até agora não explicou ao País.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Culpa-se a AD pela atmosfera de perseguição aos trabalhadores, a continuada degradação dos salários reais, as múltiplas ofensivas contra os seus direitos e garantias, tudo tendo como consequência a desincentivação do seu concurso para se vencer a crise.

Culpa-se a AD pelos seus ataques às nacionalizações e a sabotagem quase oficial do sector empresarial do Estado, pelo abandono da agricultura a desmentir as prioridades que lhe são conferidas e pela falta de medidas de apoio aos pequenos e médios agricultores incluindo os mais severamente atingidos pela seca...

**O Sr. Luís Coimbra (PPM):** — Isto é que é uma seca!

**O Orador:** — ... pelas dificuldades de toda a ordem que são criadas ao pequeno comércio e à pequena indústria, pela paralisação dos grandes projectos nacionais.

Esta é a política que conduz ao desastre nacional.

*Aplausos do PCP.*

Não há economia que lhe resista e as suas implacáveis consequências sociais constituem uma das mais dramáticas revelações das duas propostas do Governo e por isso mesmo estiveram sempre no centro do debate que agora terminámos.

Nem as bancadas da coligação governamental foram insensíveis ao imenso significado negativo do pagamento pesado e generalizado dos internamentos e consultas hospitalares, ao aumento brutal do preço dos medicamentos, aos cortes drásticos no ensino, ao abandono de uma política social de habitação, ao empobrecimento forçado dos trabalhadores através da fixação de um tecto salarial abaixo da taxa de inflação, a que se junta, com um não menor alcance negativo para as condições de vida das populações, um novo roubo às autarquias de mais de quarenta e cinco milhões de contos que lhe são devidos pela Lei das Finanças Locais.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Torna-se extremamente esclarecedor do carácter de classe da AD verificar que a par desta política de cortes, restrições e reduções drásticas em todas as áreas onde se decide do bem-estar dos Portugueses, o governo Balsemão canalize todos os recursos do País para o grande capital, cobrindo de protecções, estímulos e isenções os novos grupos monopolistas em formação e as suas chamadas sociedades financeiras e de desenvolvimento e favoreça o rápido enriquecimento dos especuladores e dos parasitas.

A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP): Muito bem!

**O Orador:** — As medidas orçamentais de penalização dos doentes pelo carácter chocante de que se revestem lançam também muita luz sobre a natureza de classe do Governo e da sua política. Explicou o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais que entendia ser necessário para o sector mais 11 milhões de contos do que aquilo que fora possível orçamentar. Onde ir buscá-los? O debate revelou várias soluções possíveis. Da parte do governo Balsemão uma foi eleita entre todas, apesar de manifestamente inconstitucional e ilegal, a que mais incide sobre a população laboriosa, a que sacrifica os utentes dos serviços hospitalares, isto é, a que atinge os doentes.

Não passou despercebido aos deputados e de certeza não o passou também aos Ministros, que o Orçamento inscrevia uma verba de montante semelhante ao que, no dizer do Ministro, falta para a saúde e destinada a objectivos de muito menor urgência e importância para o povo português — refiro-me aos doze milhões e quatrocentos mil contos destinados às indemnizações.

Será legítimo utilizar uma tal verba numa parte considerável destinada aos bolsos de grandes senhores de capital e de terra, quando os doentes vão ser obrigados a pagar seiscentos escudos por dia de internamento nos hospitais, altos preços pelas consultas, e os preços dos medicamentos vão subir 140%?

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Que vergonha!

**O Orador:** — A própria lei das indemnizações prevê a sua suspensão temporária em caso de grandes dificuldades nacionais. Diz no n.<sup>º</sup> 1 do artigo 41.<sup>º</sup> Cito: "O Governo poderá a título excepcional, determinar, por decreto-lei, a suspensão temporária da aplicação das disposições da presente lei para evitar ou resolver perturbações graves de ordem monetária, financeira ou cambial que resultem da sua aplicação imediata..."

Estamos numa grave situação financeira, ninguém o nega e por isso mesmo antes de multar a saúde, antes de penalizar os doentes, mais vale suspender pelo menos em parte o pagamento da indemnização.

*Aplausos do PCP e do Sr. Deputado Heriberto Goulart.*

E não será sequer necessário suspender os pagamentos que se reportam às indemnizações correspondentes às pequenas e médias poupanças. Mesmo executando a lei para os cinco primeiros escalões, ainda sobra a bonita soma de 8 milhões de contos. Os 3 milhões que ainda faltam para perfazer os 11 milhões não seria grande problema ir buscá-los à dotação provisional.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Temos assim como, mesmo aceitando os números e as contas do Governo, sem aumentar o défice e sem agravar os impostos, é possível atingir o

objectivo fundamental de não penalizar o sector da saúde, de não penalizar os doentes, que até numa política restritiva deve ser o último a ser atingido.

*Aplausos do PCP.*

Para isso é necessário porém uma perspectiva política e uma posição de classe opostas à da AD. É necessária uma política de classe ao serviço dos trabalhadores, do povo em geral e do interesse nacional, não uma política ao serviço do grande capital como é a política da AD.

Uma política económica e financeira alternativa à da AD implica necessariamente um Plano e um OGÉ opositos aos da AD na sua lógica e nas suas consequências.

A alternativa à política económica e financeira da AD faz-se com os trabalhadores, com a Reforma Agrária, com as nacionalizações e o desenvolvimento do sector empresarial do Estado, faz-se com um plano de efectivo desenvolvimento agrícola e o apoio aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, faz-se com a realização dos grandes projectos e a decidida aposta no aumento da produção nacional.

*Aplausos do PCP.*

Apesar das tensões e convulsões que agitam a coligação governamental, o Governo e a AD vão ter ainda desta vez o seu Orçamento aprovado. Mas não vão dispor de muito tempo para desfrutá-lo. Não terão tempo sobretudo para pôr em prática a maniosa política eleitoralista que se vislumbra tanto no ilegal pedido de autorização para que na execução orçamental possa ser alterada toda e qualquer verba, toda e qualquer afectação, como nos volumosos sacos azuis, disfarçados nos escaninhos do orçamento e que a AD se reserva com o propósito claro de os abrir no Outono, após nove meses de penúria, nas vésperas e para influenciar as eleições para as autarquias locais, o que a verificar-se representaria um novo passop para o abismo económico e financeiro.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Verdadeiramente feridos de asa, o governo Balsemão e a AD saem deste debate mais desmascarados, desautorizados, gastos e divididos.

*Aplausos do PCP.*

A queda do Governo e o afundamento da maioria surgem agora visivelmente como uma questão de curto prazo.

Os partidos da oposição, as forças democráticas têm neste debate razões redobradas para, ao lado das massas populares, intensificarem a luta pela substituição do Governo e da maioria parlamentar.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — A AD não pode continuar a governar pela simples razão de que isso é fatal para o nosso povo, o nosso país e o regime democrático português.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

*Protestos do PSD.*

**O Orador:** — O voto de rejeição das propostas governamentais das Grandes Opções e do OGÉ para 1982 tem para nós o significado muito mais fundo do que a simples reprovação da política económica e financeira que elas comportam. Representa da parte do PCP o compromisso perante o nosso povo de que não pouparemos

nem esforços nem oportunidades para provocar a queda e a substituição do governo da AD para bem de Portugal e dos portugueses.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente** — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Heriberto Goulart dirigiu-se há pouco aqui à Mesa e como não tinha conhecimento do acordo acerca da sequência das intervenções — o que efectivamente só foi estabelecido hoje aqui no Plenário e nessa altura não se encontrava presente —, pretendia usar da palavra.

O MDP/CDE praticamente ainda não fez nenhuma intervenção, porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura fez só uma pergunta em que utilizou apenas 30 segundos. Sendo assim, pergunto à Câmara se vê alguma objecção em que eu dê a palavra ao Sr. Deputado Heriberto Goulart para poder produzir a sua intervenção.

*Pausa.*

Visto não haver objecções por parte da Câmara, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

**O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O debate que se vem travando há mais de dois dias em nada alterou a nossa inicial leitura das políticas económica, social, financeira e orçamental preconizadas pelo Governo para 1982 através dos documentos em apreciação.

Nada alterou, porque mais uma vez um Governo AD foi completamente insensível às justas críticas e até sugestões partidas das bancadas das oposições.

Vamos votar duas propostas de lei que em síntese representam:

Uma política de retracção económica, que assenta na contenção da procura interna e num fomento das exportações para níveis utópicos. Que visiona o crescimento das exportações numa empobrecedora óptica de competitividade de preços. Que tem um objectivo global bem determinado: intensificar, ao arreio de todas as diretrizes constitucionais e a reacumulação privada. Uma política, enfim, que tem como pressupostos filosófico e prático uma intensificação da exploração dos trabalhadores e um favorecimento do grande capital privado. Uma política social que restringe ou regateia deveres sociais do Estado, que caminha ao invés do papel que a Constituição lhe atribui.

Uma política orçamental que nas tímidas medidas para aumento de receitas faz raciar todo o peso desse esforço sobre as camadas económica e socialmente mais desfavorecidas e que prossegue uma contenção de despesas de cariz reacionário, com discutíveis critérios de selectividade e na qual o Governo se assemelha a um grande patrão prepotente que visa vencer as dificuldades financeiras provocadas pela sua má gestão à custa dos seus trabalhadores.

Obviamente que o MDP/CDE vai votar contra. Não porque se trate de propostas da AD, mas porque se trata, nesta matéria, da maior violação até hoje verificada do espírito do 25 de Abril.

*Vozes do PCP:* — Muito bem!

**O Orador:** — A maioria glosou o tema do carácter antidemagógico das propostas governamentais que, na sua opinião, encaram com verdade e realismo a gravidade da actual situação económico-financeira do País e do Estado. Bem se comprehende tal entusiasmo, tão desabituados estão os deputados da AD de encontrar

esta pretensa virtude nos actos e propostas dos seus governos.

Mas a citada antidemagogia não é uma virtude. É a consequência inevitável das anteriores actuações governamentais e da situação de crise a que conduziram, primeiro pela mais descabelada demagogia eleitoralista, depois pela mais completa irresponsabilidade e incompetência.

Talvez uma única intervenção nos comprovou a existência ainda de uma componente realmente social-democrata no seio da AD. Mas em várias intervenções da AD foi enaltecid a coragem do Governo em assumir uma política de austeridade.

Qualquer que seja que tiver de governar, na sequência da situação de descalabro a que a AD já nos conduziu, terá de optar por uma política de forte austeridade, particularmente quanto aos gastos públicos. Não é, pois, uma atitude de coragem: é a única possível.

Onde se pode falar de coragem, talvez com mais propriedade, de insensatez, é que um Governo desacreditado, apoiado por uma maioria parlamentar roida pelas contradições internas da coligação e que já nada exprime em relação à realidade social e política do País, se atreve a lançar os custos dessa austeridade exclusivamente sobre os estratos mais desfavorecidos e mais numerosos do povo português.

*Vozes do MDP/CDE e do PCP:* — Muito bem!

**O Orador:** — Com este OGE, que não é para gerir uma situação de crise, é o OGE de um governo em crise, fica assinada a sentença de morte do VIII Governo.

A maioria irá despreocupadamente aprovar as duas propostas de lei. Pensará que é um acto sem consequências, tão habituada está a que seja um simples ritual.

Mas desta vez não será assim.

Para este governo não haverá orçamento suplementar final.

Porque com a aprovação das Grandes Opções e do OGE, a maioria, em atitude cruel, passará antecipadamente certidão de óbito àquele que ficará nas páginas negras da História como último governo da AD.

*Aplausos do MDP/CDE e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Em nome do Grupo Parlamentar do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Perante a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado, cuja melhor característica é o apelo a um maior rigor na gestão das Finanças Públicas, e perante a proposta de lei das Grandes Opções do Plano, cuja faceta mais relevante é o realismo do cenário e dos objectivos que o Governo aponta para a economia portuguesa, muitas foram as críticas incorrectas, injustas e até inúteis que ouvimos neste debate, para além da repetição enfadonha dos habituais slogans esteriotipados do Partido Comunista.

Acto democrático essencial, pena é que a discussão do Orçamento, entre nós, continue a fazer-se segundo um ritual parlamentar confuso — e esperamos que acabe definitivamente quando da próxima Revisão Constitucional — ...

*Vozes do CDS:* — Muito bem!

**O Orador:** — ..., que não deixa entrever claramente a opinião pública as linhas mestras da sua arquitectura, com benefício de pequenos pormenores de decoração, quase sempre deturpados e fora do contexto geral.

quando não de pequenos *faits divers*, também sempre aumentados e superlativamente propagandeados.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estranhas ópticas estas, em que se finge não ver o essencial, para se discutir o acessório...

Dai as condições.

*Aplausos do CDS e de alguns deputados do PSD.*

Afirma-se que é gravíssimo o estado das finanças públicas, mas inúmeras vozes se levantam a reclamar mais isto e mais aquilo.

Demos as voltas que dermos, estamos confrontados com a aritmética, tal como aqui já foi dito.

Um mais um são dois, e não três ou quatro. E se temos apenas cinco, por maior que seja a nossa boa-vontade, não podemos distribuir seis ou sete, sem pedir emprestada a diferença.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

Declara-se solenemente que a economia portuguesa sofre de maleitas estruturais, mas ai de quem tenta tocar em qualquer dos tumores que a corroem.

Desde um Estado monopolista e abusador das suas posições económicas dominantes, até um sistema de preços obsoleto, um regime de mercado dito misto, mas em que a concorrência é odiada, e um sistema de propriedade em que quem tem é castigado e quem não tem é enganado — salvo se quem detém é a burocacia — porque aí logo se lhe reconhece a irreversibilidade do que tirou e mantém —, tudo são factores em que os tabus colectivistas saem vitoriosos e as deficiências estruturais da nossa economia não são analisadas e muito menos resolvidas.

*Aplausos do CDS.*

Com efeito, detêm-se os analistas políticos a determinar como surgiu a actual situação, mas não científicamente, preocupando-se com as causas, mas antes policialmente, inquirindo dos culpados e, consoante o gosto, pendurando no pelourinho o Ministro das Finanças mais suspeito.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Segundo o Deputado Salgado Zenha, a crise já vem de 1973 e não passa de uma desculpa. Segundo outros, ela é recente e vem de Cavaco e Silva. Outros ainda, mais variados referem que a crise é a de Victor Constâncio, ou a de Medina Carreira, do Banco Mundial, do FMI, etc.

E fulanizam-se as crises cuidando de saber se a minha era maior que a dele, metralhando números, quadros, índices, siglas, percentagens, milhões de contos, biliões de dólares, estatísticas, dias, horas, passado e futuro.

Não falam das pessoas, dos homens e mulheres de carne e osso que trabalham e vivem no nosso país, e que são os únicos e verdadeiros destinatários das medidas que estamos a discutir.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

*Protestos do PCP.*

**O Orador:** — Ora, é aquilo que eles realmente querem, e não aquilo que as estatísticas dizem que devemos aprovar.

O povo português quer o que é possível e o que é realista. Não quer a utopia nem a promessa fácil.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

Mas definir de uma vez o que é possível e o que é realista para a economia portuguesa, é simultaneamente desmascarar a falsidade dos que defendem um modelo económico dito desenvolvimentista, diverso do que o Governo e a maioria da Aliança Democrática aqui apresentaram e defenderam.

Citar, sem ironia, aqueles que como o Partido Comunista Português ou os representantes da CGTP no Conselho Nacional do Plano, diziam que o produto interno devia crescer ainda mais aceleradamente — até taxas de 7% chegaram a ser citadas, esquecendo a elevada elasticidade das importações em relação ao crescimento do produto, que é característica essencial da nossa economia — citar sem ironia esses autores de promessas fáceis, seria realçar o despudor com que os mesmos criticam, actualmente, o défice da balança de transações, apesar de saberem que este viria a ser mais do dobro do actual se tivesse sido seguida a política que defenderam: aquele défice não seria de dois, mas de quatro ou mais biliões de dólares, se viesse a ser seguida em 1982 a política que tais paladinos da oposição defenderam no princípio deste ano.

Mas não quero perder tempo com tais arautos de facilidades, percebe-me importante chamar a atenção para quem nesta Assembleia ou fora dela, tem afirmado que os problemas da economia portuguesa só se resolvem com uma política orçamental mais expansionista, com uma política cambial mais desvalorizante, com uma política de preços mais contida, com uma política de salários mais altista e com uma política de socialização ainda mais acentuada.

Vêm de diversos quadrantes tais propostas.

Em nome do combate ao desemprego, confunde-se criação real de novos postos de trabalho, que é fruto de investimento produtivo rentável, com a ampliação improéquia dos quadros existentes, ou com a manutenção fictícia de lugares improdutivos.

Em nome do desenvolvimento defendem-se gastos orçamentais para todos os gastos e para todos os prazeres e reclama-se a livre expansão do crédito, como se aqueles gastos e esta expansão não fossem antes a principal causa directa de maior inflação, menos poder de compra, maior endividamento externo.

Em nome do progresso, finalmente, critica-se a defesa do valor e da estabilidade do escudo, atacam-se as tentativas de desburocratização do sistema de preços e impugna-se a evolução moderada dos custos internos como se em tais valores não residisse a defesa real do poder de compra da população, a maior justiça na repartição do rendimento, o combate aos lucros especulativos e a implantação de uma estrutura de concorrência leal que é, em última instância, com a liberdade de iniciativa e a propriedade privada, a única e salutar defesa do consumidor perante o mercado, e do cidadão perante o Estado.

*Aplausos do CDS.*

A esses defensores do lachismo e da libertinagem financeira importa dizer — e o Governo di-lo no Orçamento Geral do Estado e nas Grandes Opções do Plano — que não passa de demagogia o que propõem ao povo português.

É bom dizer que o Estado deve gastar mais e a tudo acorrer: à saúde, ao ensino, à habitação, e porque não,

ao vestir e ao comer dos cidadãos. Só que aquilo que o Estado gastar a mais do que recebe significará menos investimento produtivo, menos empregos criados, menos riqueza gerada.

É fácil dizer que os salários têm de crescer a 20%, ou a 25% ou a 30%, só que aquilo que os salários crescerem, em valor nominal e sem aumento da produtividade, acima da desejada evolução dos preços, traduzir-se-á em menores exportações, em maiores importações, em quebra do valor externo do escudo e, afinal, numa maior inflação e posterior redução do poder de compra dos trabalhadores.

Por outro lado, é facilímo dizer-se que deve fazer-se hoje, devem realizar-se já todos os investimentos que nos apetece: mas a verdade é que gastar acima do que se ganha sempre se traduziu em qualquer família como em qualquer país em agravamento do endividamento, aumento dos juros a pagar e, afinal, maior aperto do cinto por falta de credores que dêem fiado...

**O Sr. José Manuel Mendes (PCP):** — Já Salazar dizia isso!

**O Orador:** — Não há, Srs. Deputados, outra solução para Portugal que não seja a da absoluta prioridade ao aumento do investimento produtivo, particularmente do orientado para a exportação, e da rigorosa contenção dos consumos públicos e privados.

Não há, Srs. Deputados, outra solução para Portugal que não seja a adopção de políticas orçamentais e monetárias restritivas como as que nos são propostas pelo Governo.

Não há, Srs. Deputados, outra solução para Portugal que não seja a de acabar com tabus e pôr termo aos mitos da reserva de sectores para o Estado e da irreversibilidade de algumas nacionalizações que todos reconhecem terem sido mal feitas, devolvendo à iniciativa dos portugueses o que só a estrangeiros alguns admitem e reservando o papel do Estado às funções fundamentais de que se encontra distraído.

*Aplausos do CDS.*

Não é admissível, Srs. Deputados, que continuemos a arcar com um acréscimo na dívida pública de cerca de 200 milhões de contos, que a tanto montarão as indemnizações por nacionalizações, só para que alguns burocratas se sintam instalados nos conselhos de gestão de empresas nacionalizadas que à colectividade pouco ou nada dão.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para o ano de 1982 não há outro modelo de desenvolvimento realista senão o proposto pelo Governo. Mas o CDS espera que a consciência da realidade presente permita a esta Assembleia, que é Constituinte, e por o ser, acabar de uma vez com o mito da colectivização que, herdado do 11 de Março, tem corroído a vitalidade e a recuperação da nossa economia.

*Aplausos do CDS.*

Afirmção inútil, de políticos irresponsáveis, seria continuar todos os anos a reconhecer que o produto interno cresceu menos do que o previsto, ou que o Estado gastou mais do que podia, sem cuidar da criação de condições de confiança que a todos os agentes económicos entusiasmasse a trabalhar no interesse próprio e do País.

Afirmção útil, Srs. Deputados, afirmação de políticos responsáveis, é dizer às gerações futuras que houve a coragem de se reconhecerem e corrigirem a tempo os erros e os males que o 11 de Março trouxe a Portugal.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por tudo isto, o presente debate é a indispensável aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano terão um sentido acrescidamente útil se, na mesma linha que defendemos, for seguido e acelerado o processo da Revisão Constitucional.

Neste tempo, que não é de alguns, mas sim de todos, daqui lanço o meu desafio às forças que se perfilam pela democracia, para que não consumamos o nosso tempo no acidental, passando ao de leve sobre o essencial que, se for subestimado, irá impedir que as raízes da democracia ganhem força e profundidade.

A Aliança Democrática não é de homens cansados, nem de fracos.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

Orgulhamo-nos da nossa disponibilidade para não arredarmos da primeira linha, onde a coesão e a unidade reclamam consistência e dimensão.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Julgo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, termos saído nós — a maioria — mais fortes deste debate.

*Risos do PS e do PCP.*

O meu partido, o CDS, está de cabeça levantada. Em nome da democracia, em nome do seu pilar mais forte — a Aliança Democrática.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Soares.

**O Sr. Mário Soares (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em sucessivas intervenções, representantes do Grupo Parlamentar do PS fizeram a crítica do Orçamento e do Plano para 1982, tanto aos seus aspectos globais como sectoriais. Essa crítica foi frontal, rigorosa e sem complacência. Na verdade, o Orçamento e o Plano apresentados pelo Governo representam, sem disfarces, o certificado da incapacidade da AD.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Comprovam a completa “inversão de marcha” relativamente às políticas preconizadas no tempo de Cavaco e Silva, sem a coragem de assumir claramente e com sentido de autocrítica essa inversão. Constatam o fatalismo da crise, sem reconhecer quanto os governos AD contribuíram para a agravar e sem explicar, em termos convincentes, como tencionam para futuro próximo fazer-lhe frente. Insistem numa política discriminatória contra as classes mais desfavorecidas, no convencimento de que são os trabalhadores — e só eles — que devem “pagar a crise”.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**Vozes do CDS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — É hoje inegável que a AD, através dos seus sucessivos governos, não foi capaz de minimamente cumprir as suas promessas eleitorais.

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Quem não se lembra do "Programa Eleitoral de Governo da AD", publicado em fins de 1979, em que se prometia, entre muitas outras coisas:

Melhorar as condições de vida dos portugueses — reduzindo o aumento do custo de vida, criando postos de trabalho, diminuindo os impostos; promover a justiça social — ajudando os mais desprotegidos e favorecendo a igualdade de oportunidades; melhorar a extensão e qualidade dos serviços públicos — em especial a educação, a saúde, a habitação social.

**Vozes do CDS:** — É isso o que estamos a fazer!

**O Orador:** — Ao fim de dois anos, ininterruptos, de governação AD toda esta demagogia eleitoralista resulta inconsistente, oca, sem qualquer fundamento sério. São palavras sem correspondência com as realidades vividas.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

**Vozes do CDS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — A mudança que a AD prometeu — todos o sabem hoje, a começar pelos próprios — foi tão-só uma mudança para pior. O *élan* que conseguiu despertar em certos meios, perdeu-se rapidamente. O capital de confiança que grânjeou em alguns sectores gastou-se, desaparecendo quase por completo, mesmo entre os profissionais livres e os empresários. A AD é hoje uma sobrevivência triste e sem bússola, num país adiado, para utilizar uma expressão cara do PSD, nos felizes tempos em que era oposição.

A credibilidade política da AD tem vindo a perder-se progressivamente na própria medida em que tem adoptado políticas contraditórias, cada vez que muda de Ministro das Finanças. Com Cavaco e Silva — lembram-se com certeza? — respirava optimismo: a inflação ia ser dominada; ...

**Vozes do PSD e do CDS:** — E foi!

**O Orador:** — ... o défice da balança de transacções externas ia ser reduzido; o desemprego ia ser controlado e mantido em níveis aceitáveis; o desenvolvimento ia ser acelerado; as exportações iam aumentar e as importações diminuir. Era a linguagem de inícios de 80 e tratava-se de ganhar custasse ao País o que custasse, as eleições de 5 de Outubro desse mesmo ano.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O primeiro governo de Balsemão, mais discreto, após um ano de demagogia eleitoralista sem freio...

**A Sr.<sup>a</sup> Manuela Aguiar (PSD):** — Não apoiado!

**O Orador:** — ..., manteve-se contudo num nível de promessas ainda completamente irrealista quanto ao crescimento — que previu ser de 4,8% —, quanto ao controle de inflação — que admitiu ficar nos

16% — e quanto à contenção do défice da balança de pagamentos — que calculou em 1,3 e depois em 1,7 mil milhões de dólares.

Como aqui previmos então não cumpriu, nem podia seriamente cumprir, nenhuma das suas metas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Com a displicência de João Salgueiro — cuja honestidade profissional se reconhece — o discurso mudou radicalmente. Pinta-se agora, com as cores mais sombrias, a gravidade da situação. Joga-se no medo e no desânimo das pessoas, como se não houvesse nada a fazer. A crise, aliás, atingiu limites indisfarçáveis bem como o descontentamento popular. Ninguém já ousa defender a AD. Muito menos, as suas políticas contraditórias. Daí que se anuncie o pior e se procure tão-só obter não já a adesão, mas apenas o fatalismo resignado da população, porque — dizem-nos agora — a culpa é da crise energética, da valorização do dólar e da seca — factores que nos são exógenos e contra os quais a pobre AD nada pode nem nada pode o País. ora, não é assim.

A AD, à partida, tinha uma boa e sólida base para fazer frente à crise, que desbaratou por completo com uma política leviana, eleitoralista, sem qualquer rigor — que tempestivamente denunciámos.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não tem desculpa. Encontrou a balança de transacções correntes à beira do equilíbrio, dada a política patriótica dos governos socialistas — como o próprio Ministro João Salgueiro hoje reconhece; as reservas de ouro desembaraçadas de compromissos anteriores e espectacularmente revalorizadas no mercado internacional; a inflação controlada; as exportações em fase de crescimento manifesto; as importações em decréscimo; as remessas dos emigrantes e o turismo atingindo valores superiores aos de sempre.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

**O Sr. Manuel Moreira (PSD):** — Foi por isso que perderam as eleições?

**O Orador:** — Que fez a AD a partir desta base, reconhecida pelos próprios peritos internacionais como razoavelmente boa e mesmo promissora, dispendo, ainda por cima, de uma cómoda maioria parlamentar?

A resposta está no OGE e no Plano que o actual governo AD nos apresenta e que, por si sós, constituem terrível requisitório contra os dois anos de governação AD.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Recapitulemos: o maior défice da balança de transacções de sempre: mais de 2 mil milhões de dólares, depois de duas falsas previsões de 1,3 e 1,7 mil milhões de dólares; uma inflação ficticiamente calculada em 18,5% — para tentar fixar em 17% o tecto salarial — mas que atinge, segundo estimativas idóneas, os 24%; um crescimento do PIB de 1,6% — senão mesmo *nulo*, como sustentam alguns peritos —, depois de duas fantasiosas previsões de

4,8%, logo corrigida, ainda sem realismo, para 2,9%; um desemprego que atinge níveis preocupantes e de que no OGE cuidadosamente se evita falar, depois de em 1981 se ter prometido falsamente a criação de 80 mil novos postos de trabalho; um tecto salarial médio de 17% — com penalização das empresas que excedem o limite de 19% — e que de antemão consome uma nova fatia dos salários reais, para não falar no caso escandaloso e intolerável dos trabalhadores da função pública, dos mais maltratados e sacrificados pela AD, cujo crescimento salarial se pretende fixar em 15%.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Uma variação média para mais de 34% dos impostos directos e de 35% dos impostos indirectos — verdadeiramente insólita para quem garantiu que os impostos não iriam subir e que demagogicamente os baixou em 1980.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado, insistindo agora em que os problemas do País são estruturais — e não de simples conjuntura — importa reconhecer que a AD não tem feito nada para tomar as medidas de fundo capazes de minorar a situação, senão mesmo de a resolver, em domínios decisivos, embora a médio prazo. A modernização da sociedade e do Estado — e a consolidação das instituições democráticas, em termos pluralistas e europeus — apresentam-se mais problemáticas do que no final dos anos 70. Não se deram passos no sentido da racionalização da administração do Estado, nem da simplificação e eficácia dos serviços, nem se tentou — contrariamente às promessas feitas — promover com seriedade e determinação a descentralização administrativa nem a regionalização. Nesse aspecto, importa salientar que já não se disfarça sequer o não cumprimento da Lei das Finanças Locais, tendo sido cortados no OGE para 1982, 36,7 milhões de contos às autarquias.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se passarmos às 4 prioridades definidas no Programa do segundo governo Balsemão — agricultura, exportações, regionalização, habitação —, verifica-se que em nenhuma delas se deram passos apreciáveis. João Salgueiro pretende agora não ser realista exigir do Governo que acelere a produção agrícola. É coisa que, ao que nos disse, não está na sua mão. Fica-nos a dúvida, então, por que razão se definiu a agricultura como a primeira prioridade do Governo, e o que se deve entender por tal opção. Será como sucedeu com a integração europeia de Portugal — antes considerada como a “prioridade das prioridades” — não obstante, durante toda a governação AD, se terem deixado dormir os *dossiers*, a ponto de serem alguns responsáveis da CEE a queixarem-se do desinteresse, da falta de resposta e da inacção das autoridades portuguesas?

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

**Vozes do CDS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — No plano da habitação social, quem pode hoje acreditar nas promessas da AD que apontavam para a construção de 50 000 mil fogos neste ano, contra os

80 000 mil prometidos e não construídos para 1981? Onde estão as casas construídas pela AD, que ninguém as vê? Que desemprego, que falências; que crise vai esta culposa omissão provocar no tão decisivo sector da construção civil e das indústrias dela dependentes?

A situação é ainda mais trágica no domínio da Saúde. Houve a tentativa de revogar a Lei do Serviço Nacional de Saúde, mas a partir daí nada se fez, no sentido de melhorar o acesso e a prestação de cuidados de saúde — que o governo socialista estendeu a toda a população e tornou gratuitos.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Pelo contrário: escandalosamente, retiram-se à população mais pobre e necessitada algumas das importantes regalias obtidas antes dos governos AD, encarecendo e criando novas taxas de internamento e de tratamento e triplicando o preço dos medicamentos para os utentes.

Sacrificam-se os mais pobres e aqueles que têm uma voz mais débil para protestar. Impõe-se um sistema de austeridade, sem horizonte nem esperança, para toda uma geração como proclamou, ao que parece resignado e satisfeito consigo próprio, o Sr. Primeiro-Ministro!

Mas, com que autoridade política e moral pede o governo AD sacrifícios sem conta ao País, depois de o ter enganado com falsas promessas irrealizáveis para conquistar o poder?

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Esse é o problema fundamental com que hoje está confrontado Portugal e a nossa jovem democracia. É um problema político de uma enorme seriedade e transcendência, quando o descontentamento geral não penaliza somente a AD e os seus governos, primeiros responsáveis da situação criada, mas ameaça atingir o próprio regime democrático, preparando psicologicamente o País para novas aventuras totalitárias.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Falso!

**O Orador:** — Há que reconhecer que estamos a viver um clima deletério de desagregação democrática, de irresponsabilidade, de negocismo desenfreado, de desmoralização e de “salve-se quem puder” que é imputável, em primeira linha, à AD e aos seus governos.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

**Vozes do PSD e do CDS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — A política que nos propõe — e que resulta, em grande parte, do Orçamento e do Plano apresentados — não serve os interesses nacionais, independentemente dos homens que a aplicam, cuja credibilidade, relativamente a alguns, é hoje aliás mais do que discutível.

Ao sacrificar o crescimento, a AD sacrifica o emprego, atingindo em cheio as classes populares para quem o desemprego significa claramente miséria;

Ao sacrificar, em termos reais os actuais benefícios sociais, a AD deixa indiferentes os ricos e semeia a tragédia nos lares mais pobres;

Ao sacrificar o crédito em nome da necessidade de reduzir as tensões inflacionistas e o défice externo, a AD estimula o desemprego e decreta a falência de muitas pequenas e médias empresas;

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao abandonar o objectivo de criar novos postos de trabalho, a AD sacrifica os trabalhadores e sobretudo os jovens;

Ao fixar um tecto salarial propositadamente abaixo da previsível taxa de inflação, a AD poupa o capital em detrimento do trabalho;

Ao continuar a sua política de redução de subsídios aos produtos alimentares essenciais, a AD deixa sem protecção os mais pobres para quem a política de defesa do "Cabaz de Compras" teve um sentido claro;

Conclusão: há subjacente às grandes linhas do Orçamento e às opções do Plano uma orientação anti-popular, monetarista e ultraconservadora que está longe de servir, no actual momento, os interesses nacionais.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

A AD perdeu a sua justificação histórica, se é que alguma vez a teve.

É esta uma realidade evidente que dificilmente alguém hoje se atreverá a contestar; a não ser por dever de ofício. Daí a desorientação em que vivem os responsáveis da AD e as insanáveis contradições em que se encontram enredados mesmo os mais lúcidos, que procuraram enxergar o futuro para além dos interesses imediatistas.

É preciso, entretanto, salientar que há políticas de alternativa — como ontem aqui demonstrou Victor Constâncio — para superar a crise, consolidando, ao mesmo tempo, o regime de democracia pluralista em que desejamos viver. A situação é muito difícil, mas não é desesperada. Requer autoridade moral e política e capacidade para promover uma política de verdadeira solidariedade social. Implica, sobretudo, a confiança dos trabalhadores e um programa de salvaguarda nacional negociado com todos os parceiros sociais e que, por isso, possa ser apoiado por uma maioria significativa de portugueses. O PS, no momento próprio, não enjeitará as suas responsabilidades — e está pronto a assumi-las, se essa for a vontade popular livremente expressa em novas eleições.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Até lá, respeitando a legitimidade formal da AD para continuar a governar — enquanto dispuser da maioria desta Assembleia e da confiança política do Presidente da República — não se dispensará, contudo, de dizer aos Portugueses, como é seu direito e seu dever, e por todas as formas ao seu alcance, que este governo não serve os interesses nacionais.

*Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Em representação do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Condesso

**O Sr. Fernando Condesso:** (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vamos hoje votar as propostas de lei do Orçamento e do Plano.

O meu partido vai votá-las favoravelmente. E fá-lo não porque pense que estejamos perante as grandes opções que gostaríamos de ver feitas em circunstâncias normais. Temos consciência de que os Portugueses quereriam um Plano mais ambicioso.

Neste, como no ano anterior e nos anos anteriores, neste como no próximo ano e nos anos seguintes. E isto porque Portugal precisa de avançar muito e depressa para se aproximar do nível de vida e desenvolvimento dos outros países europeus.

**O Sr. Manuel Moreira (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — E isto porque a AD se fez à base de um programa de salvação nacional, se fez para que, mudando-se o rumo das coisas existentes em 1979, se pudesse caminhar para uma estabilidade política e um progresso económico.

Simplesmente, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, a AD e os desejos do seu governo representam uma vontade de caminhar, cujo ritmo tem, muitas vezes, que sujeitar-se a circunstancialismos que lhe são impostos sem possibilidade de superação.

E a verdade é que a conjuntura económica externa inevitável, que nos influencia, aliada a conhecidos factores internos muito adversos, em que sobressai uma das piores secas do século, implicam que as Grandes Opções para 1982 sejam não aquilo que o Governo quereria mas apenas o possível querer face às realidades.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O serviço da dívida pública é extraordinariamente grande, pelo que se se continuasse no seu acumular iríamos lesar irremediavelmente as gerações futuras, que pagariam penosamente aquilo que gastamos em nosso exclusivo benefício, impondo-lhes, ainda, inibições na capacidade de fazer progredir o País no seu próprio tempo e à medida das suas próprias opções livres.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo apresentou propostas de lei do Plano e do Orçamento realistas, cuja filosofia base, impondo sacrifícios àqueles que vivem a época da adversidade, permitirá, no entanto, tender a alterar o curso da evolução presente. Sem embargo não se coloca o Governo, contrariamente ao que se pretende fazer crer, numa perspectiva fatalista, como espectador à espera da bonança fácil.

As adversidades não permitiram que este ano se atingisse as metas estabelecidas, o que aconteceu em quase todos os países da OCDE. Desde logo, as dificuldades climatéricas acentuaram extraordinariamente a nossa dependência exterior em alimentos e energia. A recessão vivida na maioria dos países da OCDE, e particularmente nos nossos melhores compradores, implicou uma diminuição quantitativa das exportações, enquanto as importações sofriam o impacte negativo, em termos de trocas com o exterior, da acentuada valorização do dólar e agravamento das taxas de juros internacionais. Mesmo assim, o Governo soube criar condições para o crescimento do produto interno, a população viu acrescido o

seu poder de compra, acontecendo aumento real dos salários.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**Vozes do PS:** — Dá vontade de rir!

**O Orador:** — A AD soube, pois, na adversidade do presente ano fazer o melhor possível.

O actual governo tem crédito para, melhorar as condições, poder fazer mais e melhor, mesmo que prometa menos.

Este Plano e as medidas de política orçamental, monetária e financeira que o permitirão viabilizar não são aquilo que se quereria. Vimos as oposições dizerem que queriam mais. A verdade é que a AD, porque gostaria ela própria, sobretudo ela, de mostrar o que vale, quereria ainda muito mais que a oposição. Mas a AD nega-se a mentir conscientemente e por isso o seu governo não aponta metas impossíveis.

O nosso voto, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, é a aceitação da verdade significada nas opções realistas que apontam os documentos apresentados, designadamente o crescimento da economia algo superior ao do corrente ano, com um grande esforço de ajustamentos que leva ao alargamento das exportações não só nos mercados tradicionais mas ainda em outros, apoio à exportação de serviços técnicos, fomento dos transportes de bandeira nacional nas transacções exteriores do País, controle das despesas correntes governamentais, crescimento do sector da construção a um ritmo pelo menos semelhante ao verificado no presente ano, procurando defender-se o actual nível do emprego.

Quanto à inflação, apresentou-se o objectivo de garantir a moderação dos aumentos dos preços, pretendendo-se uma taxa inflacionista não superior a 17%, o que implicando embora uma moderação aos aumentos das remunerações dos factores produtivos, se quer em termos que, de qualquer modo, propicie ao factor trabalho uma participação adequada nos gastos da produtividade. No que concerne especificamente à proposta de lei do Orçamento, não queremos deixar de realçar o facto de após alguns anos de anormalidade ser possível — conforme realça o Governo no seu documento a partir de agora, pela sua apresentação e aprovação tempestiva — assegurar com regularidade, durante todo o ano, o funcionamento da administração financeira do Estado e do sistema de Segurança Social.

Em relação aos objectivos orçamentais merece-nos explicitar o apoio ao objectivo imediato da redução, em termos reais do défice decorrente e global do Orçamento Geral do Estado.

Estamos perante um OGE de salvação nacional. Isto é que é preciso dizer-se.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

É portanto um Orçamento com uma filosofia de excepção. Realça-se que só em pequena monta haverá recurso ao crédito externo para financiar o défice orçamental, sendo este fundamentalmente para despesas com investimentos planeados e outras aplicações reprodutivas.

A política fiscal que flui da proposta revela que o Governo está apostado na melhoria do sistema fiscal, pretendendo que ele seja "um instrumento mais eficaz de apoio às actividades produtivas com maior incidência na realização de objectivos das Grandes Opções do

Plano, tendo-se em conta também as alterações exigíveis pela futura integração de Portugal na CEE.

As necessidades do Estado impõem, inelutavelmente, independentemente das nossas intenções programáticas, uma revisão do regime dos diversos impostos, com subidas nalguns deles e a criação de adicionais em impostos indirectos e ainda a extensão do imposto profissional ao funcionalismo da Administração Central e Local, por razões de equidade e de justiça (e outras que não é demais realçar), mas sem prejuízo de tal se vir a efectuar sem diminuição dos rendimentos dos referidos funcionários.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Ah! Ah! Ah!

**O Orador:** — Quanto à política monetária, bem anda o Governo em pretender que esta política não se assuma demasiado restritiva, operando-se de modo a afectar, equilibradamente, os recursos existentes aos sectores público e privado, assegurando uma selectividade na repartição do crédito em função das aplicações pretendidas e do seu interesse para a política económica definida. Não podemos deixar de aplaudir a preocupação de, acima de tudo, se procurar a criação da riqueza suscetível de propiciar que os encargos do presente se possam vir a pagar posteriormente pelos investimentos reprodutivos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Debatemos um plano e um orçamento em situação de crise nacional, e que, por isso, a ela se referiam mais do que aos nossos objectivos programáticos.

Nós vamos votar conscientemente a favor, porque, acreditando que estão em causa medidas correctivas dos diferentes desequilíbrios existentes, que geralmente são desagradáveis porque restritivas e penalizantes, impondo documentos de austeridade, a verdade é que confiamos apoiar uma austeridade que, sendo imposta, é, no entanto, menos fatalista do que voluntarista, na medida em que desde já se assume abertamente para superar as dificuldades do presente em ordem a vencer os desafios vindouros, permitindo-se criar condições que viabilizem o progresso futuro do nosso país.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Ponto é que o tempo da aplicação das medidas de austeridade seja plenamente aproveitado para introduzir medidas adequadas, de qualquer modo, a transformar as estruturas no sentido de se caminhar, mesmo que devagar mas solidamente que isso é que importa, para a superação de repetidas situações de crise. E acreditamos que assim vai ser.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estes são o Orçamento e as Grandes Opções do Plano feitas por um governo que, tendo os destinos do nosso povo, cheio de necessidade e anseio na mão, teve de optar entre deixar evoluir as coisas num estado de espírito tradicional, em que muito se quer fazer, muitas vezes à custa não só do endividamento interno mas também externo, ou impor sacrifícios a todos para permitir a recuperação nacional.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós sabemos que o segundo caminho é objectivamente impopular, mas acreditamos que a salvação do futuro poderá vir da coragem do presente.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

As oposições clamaram aqui — e fá-lo-ão lá fora, como é costume — que o Governo não quer defender os interesses dos Portugueses. Criticaram em nome do óptimo, esquecendo que estamos no campo de um possível e muito limitado, por isso criticaram sem razão.

As oposições mais uma vez são demagógicas, porque elas não têm a responsabilidade de governar, fazendo proclamações místicas, leituras para a opinião pública e seu aliciamento fácil numa postura de menos sentido nacional, pelo que mal iria quem, situando-se na filosofia dessas oposições, não temesse o julgamento sério que o povo, a seu tempo, não deixará de fazer.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Podem conceber-se sempre muitas propostas alternativas, pretensamente melhores, como por exercício académico (e mesmo parlamentar) para quem não tem de as executar, e sofrer depois o veredicto da história.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo, com sentido de Estado de quem governa em sofrimento da crise profunda, tomou as opções realistas!

Os Portugueses dirão se vão aceitar a sua verdade, e um dia se saberá se ela valeu a pena. Nós acreditamos que sim, a bem...

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Da nação!

**O Orador:** — ...da defesa da democracia. Nós confiamos no governo da AD para fazer tudo o que é possível a bém dos Portugueses. Os deputados do PSD, o maior partido português, vai por isso votar a favor das propostas apresentadas.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Em apresentação do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano (João Salgueiro):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Está perto de terminar a parte deste debate dedicada à discussão e votação na generalidade das propostas de lei relativas ao Orçamento Geral do Estado e às Grandes Opções do Plano.

Na segunda fase serão votadas algumas alterações na especialidade. Tenho conhecimento de algumas que, penso, poderão vir a melhorar a proposta de lei do Governo no sentido de ir ao encontro de alguns problemas nacionais. Mas trata-se agora de concluir o debate na generalidade.

Das bancadas da oposição vieram — como tinha que ser, cumprindo a sua obrigação — críticas às propostas de lei que o Governo apresentou. A única bancada que quis apresentar uma alternativa coerente foi a do PS. Ainda agora ouvimos o secretário-geral do PS, e mais uma vez foi repetida a ideia de que de uma alternativa se tratava.

Somos sensíveis a alguns dos pontos que o Sr. Secretário-Geral do PS referiu: a necessidade de prever, em jogo democrático, uma alternância de Governo e a necessidade de resolver os problemas nacionais de modo a não inviabilizar a democracia.

Veríamos, pois, com gosto que a possibilidade realista de uma alternativa de Governo existisse. Porém, tenho

que dizer que parece que ainda estamos de algum modo longe dessa possibilidade. A base da proposta que o Sr. Secretário-Geral do PS apresenta assenta muito na análise que o Sr. Deputado Victor Constâncio ontem aqui fez. E da leitura das duas intervenções não há uma coincidência de fundamentações.

Referimo-nos em geral à forma como o debate decorreu, penso que falar do passado interessa pouco, mas tem sido muito citado — e demasiadas vezes. Mas se falamos do passado, temos de o fazer com rigor. Deve ficar bem claro perante todos nós que as condições que se verificam hoje em todos os países do Mundo não são as que eram há dois anos atrás, nem as que eram no ano de 1980. Isso penso que é indiscutível.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em 1977, 1978 e 1979, a taxa de crescimento médio dos países da OCDE foi sempre superior a 3 %. No ano de 1980 foi da ordem de 1,5 %. Este ano, se é perto de 1,5 % no conjunto, é substancialmente inferior. Como já ontem tive oportunidade de referir, naqueles países com que temos relações, que são os países europeus, é negativa: há uma queda de produto, o que não se verificava nem no ano passado, nem em nenhum dos anos desde 1976.

Não me vou alongar certamente nesta análise da crise, apenas não podia deixar sem esta referência clara de que as condições económicas internacionais não são hoje nem as que eram no ano de 1980, nem as que eram em nenhum dos anos anteriores, desde 1974.

Fica também claro, porque alguns dos Srs. Deputados que interviveram quiseram fazê-lo, que as condições em que os governos da AD em 1980 e na primeira metade e na segunda metade de 1981 tiveram de trabalhar não são as mesmas.

Também aqui ontem foi dito que uma grande parte dos problemas económicos que o País defrontou devem-se ao primeiro choque petrolífero. Olhando para os números da conjuntura mundial, vê-se que o segundo choque petrolífero e o choque do dólar não são tão diferentes como isso. Estariam então com isso a dizer que todos os problemas que Portugal defrontou e que a tradução económica ficou pesada — e em termos financeiros ficou muito pesada também —, apenas como resultado do primeiro choque petrolífero? Penso que ninguém, com o mínimo de fundamentação, o poderia dizer.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — O Zenha!

**O Orador:** — É preciso que isso também fique claro.

As bancadas da maioria já expuseram algumas das condicionantes que ainda sobrevivem a esse passado e que estão a condicionar o nosso presente. É necessário revê-las.

Tem sido aqui apontada algumas vezes a política do Governo em 1980 como sendo eleitoralista. Mas também aqui já ficou claro — e é preciso repeti-lo — que se o Governo na discussão dos seus documentos fundamentais quanto ao Orçamento e ao Plano, em 1980 e princípios de 1981, recebeu críticas, foi por não ser suficientemente desenvolvimentista.

E podia alguém prever em 1980 o que se veio a passar em 1981 — as metas? Houve opiniões, mas as opiniões dominantes foram sempre no sentido inverso, isto é, que a recuperação se faria mais cedo. E em Portugal os factores principais de agravamento relativos à seca eram, certamente, imprevisíveis — e esses não podem ser escamoteados.

E não são só, Srs. Deputados, factores negativos em relação à balança de pagamentos. São também factores em relação à evolução dos preços. Sabem os Srs. Deputados, se quiserem fazer uma análise objectiva da realidade, que o nosso índice de preços é fortemente condicionado pelo índice de preços alimentares, e que no índice de preços alimentares as flutuações de ano para ano são basicamente ligadas a quatro ou cinco conjuntos de produtos agrícolas: a produção de vinho, a produção de produtos hortícolas, a produção de produtos vegetais e por vezes alguns produtos de pecuária.

Em anos em que esses produtos têm uma evolução favorável, o índice de preços é favorável mas em anos em que esses índices de preços são negativos, o índice global é negativo.

Não era possível prever os efeitos de uma seca porque a seca não está programada e o índice de preços foi afectado por factores imponderáveis.

Diz o Dr. Mário Soares que o Governo aponta para uma taxa de inflação de 18,5% para este ano mas provavelmente ela estará perto dos 24%. Veremos qual das duas estimativas vai ficar mais perto da realidade.

**O Sr. António Arnaut (PS): — Veremos!**

**O Orador:** — Não teremos de esperar muito porque dentro de 2 meses serão publicados os números e veremos então que a nossa estimativa é mais rigorosa do que a que aponta para 24%.

**Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Quanto ao futuro, os representantes da bancada do PS referiram-se, mais de uma vez, às coordenadas de uma hipotética alternativa. Mas dessa hipotética alternativa não deixa de fazer parte a necessidade de uma política restritiva dos consumos e do rendimento.

Não ouvi — excepto hoje na intervenção final — grandes discordâncias em relação à estimativa da balança de pagamentos para o próximo ano.

Não ouvi também discordâncias em relação à política orçamental. As únicas duas hipóteses que foram suscitadas foi se podíamos suportar um défice maior, se não devíamos ser menos ambiciosos em relação ao desequilíbrio das contas — talvez 8% do produto nacional —, mas mesmo isto foi apresentado como hipótese e não como alternativa firme, e em relação à inflação foi também referido que devíamos prever uma inflação maior.

Mas fica-me uma dúvida de natureza política. Será que a preocupação das bancadas da oposição é pelo insucesso do Governo, isto num ano de eleições como vai ser o de 1982? As bancadas da oposição estão preocupadas com o facto de o Governo ser demasiado ambicioso nas suas metas?

Penso que isto não faz nenhum sentido e que não é convincente, de propor ao país um programa que é menos ambicioso do que provavelmente deveria ser pelo que as bancadas da oposição referiram.

Podíamos apresentar metas menos ambiciosas em relação a algumas das variáveis macroeconómicas. Se essa é a política alternativa, pois penso que o Governo corre o risco de um desafio que fez e que as bancadas da maioria apoiam.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Mas nós pensamos que esse desafio é indispensável. Durante demasiado tempo se quis que

coexistisse uma política conjuntural com ausência de um esforço para corrigir alguns desequilíbrios fundamentais.

Pensa o Governo que no ano de 1982, sendo um ano de conjuntura baixa — e é de conjuntura baixa por razões internacionais, basicamente e ainda pelas consequências do clima, que são incontrovertíveis — não se deve dispensar um esforço desde agora persistente para corrigir os desequilíbrios fundamentais que nos afectam.

Em grande medida, a correcção desses desequilíbrios está condicionada pela alteração de parâmetros institucionais de base e está também condicionada por uma política de maior rigor financeiro. É essa a política que o Governo apresenta nestas propostas que são propostas possíveis dentro da melhor informação de que se pode dispor hoje no país, são propostas desejáveis em termos nacionais as que foram presentes a esta Câmara para aprovação.

A suposta política alternativa que foi oferecida ao país não me parece que possa dar — como hoje aqui foi dito — uma maior facilidade no domínio do crédito e uma balança de pagamentos mais equilibrada.

Se essa alternativa previa um défice maior em termos de Orçamento Geral do Estado, o preço a pagar era uma política de crédito ainda mais restritiva e não vejo como é que se pode conciliar uma política menos restritiva nesses dois domínios.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este não é o momento para se fazer uma análise técnica mas, sim, o momento para se resumir perante esta Assembleia tudo o que já foi dito.

O Governo está convicto que o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano que são apresentados são opções para uma época de dificuldades económicas mundiais, e não apenas portuguesas, são opções possíveis e correspondem às necessidades nacionais.

Permita-me, Sr. Secretário-Geral do PS, que o refira ainda mais uma ou duas vezes porque temos apreço por uma hipótese de alternância governativa.

Não referi que o Governo ia desistir de um desenvolvimento da agricultura, o que referi foi que não podemos esperar progressos a curto prazo.

A transformação da agricultura é um problema que leva muitos anos a resolver. Continua a fazer parte das prioridades do Governo por um sentido patriótico e de responsabilidade nacional e não porque os frutos se venham a ver no próximo ano ou mesmo nos próximos 2 ou 3 anos.

Pensamos que o papel do Governo não é de colher frutos enquanto governa mas, sim, o de tomar as decisões que são justas naquele momento e preparar o trabalho futuro.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Outra referência que farei é relativa à integração europeia, e esta custa-me um pouco mais.

Que alguns responsáveis de alguns outros países e até de algumas instâncias das Comunidades Europeias tenham dito que o Sr. Secretário-Geral do PS referiu, é possível mas não é verdade. E vai ver que agora vai usar argumentos diferentes!

Trata-se de uma campanha, que nada tem a ver com os interesses nacionais, de querer globalizar as negociações, envolvendo as dificuldades de integração da Espanha nas dificuldades de integração de Portugal. Trata-se de uma campanha de alguns países europeus para adiar dificuldades, provenientes das negociações, que, em termos políticos, não são capazes de pôr claramente e gostariam de nos atribuir essa responsabilidade.

Nada temos de fundamentado e o Sr. Secretário-Geral do PS vai ver que agora esses países vão mudar de argumentação.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta negociação para a adesão à CEE não é uma negociação a qualquer preço. Esses argumentos não mais serão usados por essas instâncias que terão de usar outros, porque não estamos a negociar por qualquer preço.

Trata-se de conseguir condições para a nossa integração na Europa que correspondem aos interesses nacionais e, se por qualquer hipótese tal não fosse possível, creio que seria de interesse nacional pensar com independência e não porque uma decisão anterior tinha sido tomada.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Muito bem!

**O Orador:** — Não estamos a negociar às cegas, suponho que nenhum Governo responsável o faria. Trata-se de acelerar as negociações, de fazer pressão sobre as diferentes instâncias e cremos, neste momento, que os resultados vão ser positivos. Mas, Sr. Secretário-Geral do PS, creia que não estamos a negociar por qualquer preço.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Um último reparo. Não penso, Sr. Deputado Mário Soares, que a preservação da estabilidade democrática e das suas condições contra qualquer risco de aventureirismos totalitários que possam surgir num futuro, Deus queira que distante — como referiu e muito bem —, seja melhor pelo facto de entrarmos neste momento numa campanha eleitoral do Governo com oposição socialista.

As dificuldades que o País atravessa são dificuldades de fundo e o povo tem de ser informado dessas dificuldades.

Por vezes perpassou nesta Assembleia argumentação que ou pode vir de provincialismo ou de demagogia.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

**O Orador:** — Se se trata de ignorância do que vai pelo mundo é provincialismo e dai não pode vir nenhuma alternativa de Governo para o País.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Se se trata de demagogia estamos a não informar a população dos desafios com que ela se defronta, do custo que tem que pagar para sair da situação de mediocridade em que se encontra e, assim, não estamos a preparar a estabilidade do sistema democrático porque, mais uma vez, o adiamento da solução de fundo poderá levar a situações agravadas.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Como já disse, Sr. Presidente e Srs. Deputados, — e aproximo-me do final — temos dificuldades em perceber que as oposições estejam tão preocupadas com o sucesso eleitoral do Governo e da maioria no próximo ano.

Entendemos que os desafios fundamentais que a nação portuguesa tem de encarar de frente não são apenas os da conjuntura a curto prazo nem são só os do equilíbrio financeiro — não temos essa visão estreita de

um equilíbrio financeiro a qualquer preço — mas, basicamente, os do desenvolvimento.

Que adiássemos num ano de conjuntura difícil ou num ano de eleições os grandes desafios do desenvolvimento, seria talvez desculpável mas não foi essa a nossa opção e a Câmara dirá se estamos certos ou errados!

*Aplausos de pé do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente — O Governo dispõe ainda de 14 minutos.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos de pé do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Victor Constâncio (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — O PS não tem tempo e o tempo de intervenção do deputado Victor Constâncio não poderá ser descontado no que foi atribuído ao PS para amanhã.

O Sr. Victor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, da minha bancada informaram-me que poderei usar tempo do que nos foi atribuído para amanhã. Aliás, isto não é o encerramento formal de um debate e, portanto, poderei usar da palavra agora.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Victor Constâncio, o que ficou acordado foi que os Srs. Deputados poderiam usar o tempo do dia seguinte apenas para completar uma intervenção.

Peço ao Sr. Deputado José Niza, que penso ter sido o representante do PS que participou nas reuniões em que se estabeleceu este consenso, que se pronuncie a este respeito.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, a explicação que eu tenho a dar é que toda a limitação de tempos foi feita na base de não prolongar as sessões de modo a não se fazerem sessões nocturnas. Não é esse o caso de hoje, ...

*Vozes de protesto do CDS.*

... estamos próximos do encerramento dos trabalhos, o meu camarada quer pedir esclarecimentos, o que levará certeza muito pouco tempo, e não vejo qualquer impedimento — nem do ponto de vista da deliberação da conferência dos líderes dos grupos parlamentares, nem do ponto de vista do funcionamento desta sessão — a que ele o possa fazer.

*Vozes de protesto do CDS.*

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, efectivamente não vejo o que é que o facto de a sessão ser mais ou menos formal ou de ter havido ou não prolongamentos tem a ver com essa decisão que me pareceu ter sido assumida por todos e que está devidamente anotada.

Assim, os Deputados só poderiam usar o tempo atribuído para o dia seguinte para efeitos de conclusão de uma intervenção.

Usar do tempo atribuído para o dia seguinte para pedir esclarecimentos e obter respostas creio que seria exortar, nesta fase final da discussão na generalidade, um elemento completamente diferente e penso que não haverá, nem pela parte do Sr. Deputado Victor Constâncio nem pela parte de qualquer deputado, falta de

oportunidades para pedirem todos os esclarecimentos que quiserem aquando da discussão na especialidade.

Portanto, vejo com muita dificuldade que, com a nossa limitação de tempo, se estabeleça agora um processo só de pedidos de esclarecimento e respostas — e peço a atenção dos Srs. Deputados para isto — que todos iriam pretender aproveitar.

Peço a compreensão de todos os Srs. Deputados, e particularmente do Sr. Deputado Victor Constâncio, mas a decisão que pessoalmente tomo é no sentido de dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro e de deixar que o debate — que estimo e desejo que seja animado com as perguntas que se entenderem fazer e as respostas que se entenderem dar — tenha lugar amanhã a propósito da discussão na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro** (Pinto Balsemão): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na verdade, como acaba de sublinhar o Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, quem ouviu, nas declarações finais desta manhã, os representantes do PS e também, como habitualmente, os do PCP, poderia acreditar que abriu a campanha eleitoral ...

A não ser que tenham outras razões para o crer — razões que desconheçemos, ou que ainda desconheçemos, e que não passam nem pelo Governo nem pela maioria — enganam-se os representantes do PS e do PCP.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Para vosso desgosto e frustração, a AD, mais uma vez se confirma, está firme, sólida e coesa!

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

*Risos do PS, da ASDI e da UEDS.*

Os factos, Srs. Deputados, desmentem as vossas infundadas esperanças. O Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções aqui apresentadas são uma prova clara de que o Governo está a governar preocupado com os destinos do nosso país.

E a campanha eleitoral para as eleições autárquicas, segundo creio, ainda vem longe!

Temos uma bússola que é o nosso programa e, apesar das dificuldades, temos a coragem para o prosseguir como Governo de Portugal que somos, apoiados num mandato popular.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Não cairei, por isso, na tentação de entrar no estilo propagandístico dos representantes do PS e do PC ...

**O Sr. António Macedo (PS):** — Já tem!

**O Orador:** — ... que esconde a sua incapacidade de apresentar alternativas, e abordarei o tema sério, importante e crucial para o nosso país que aqui nos reúne, o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1982.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo já teve a ocasião de explicitar desenvolvidamente, através de diversas intervenções, a sua posição acerca da proposta de lei do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. O Sr. Ministro de Estado e das

Finanças e do Plano acaba de relembrar o quadro económico e financeiro dentro do qual se perfilam as perspectivas do futuro próximo.

Embora ainda não sistematizado, como aconselha a importância da matéria, o debate havido foi multifacetado, pormenorizado, por vezes até nalgumas matérias exaustivo.

É, portanto, do conhecimento total de VV. Ex.<sup>as</sup>, Srs. Deputados, a situação presente da economia portuguesa, bem como as linhas mestras da política económica e financeira global preconizada pelo Governo para 1982.

A Assembleia da República está em condições de aceitar ou de rejeitar, com todas as consequências inerentes, as propostas que o Governo oportunamente lhe submeteu.

Por seu turno, o Governo que preparou e elaborou essas propostas é rigorosamente o mesmo que viu o seu programa ser objecto da confiança expressa e positiva da Assembleia há cerca de 90 dias.

O mandato que se traduz nos dois documentos que a seguir a Assembleia vai votar recebe, assim, parte substancial da sua legitimidade do duplo título da investidura política que residiu na passagem do Programa do Governo e na expressão maioritária da confiança concedida a tal Programa.

Esta sequência política surgiu, aliás, particularmente clara e reforçada ao longo destes dias: por um lado, o OGE e as Grandes Opções resultam logicamente do Programa que mereceu a aprovação da maioria absoluta do Parlamento; por outro lado, esse Programa ficaria esvaziado de conteúdo, se não fosse completado pelo Orçamento e pelas Grandes Opções, instrumentos fundamentais da política económica e financeira global do Governo.

A Assembleia da República, além de se encontrar esclarecida face às opções governamentais sabe, portanto, que elas decorrem de uma estrita coerência com um Programa aqui sufragado há precisamente três meses.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Com esta questão se prende uma outra que também importa esclarecer. Algumas vezes, nesta sala se falou, em tom de excessiva leveza, nas Leis Orçamentais de anos transactos e do seu conteúdo, usando expressões que só ferem o prestígio e a dignidade desta Câmara.

Disse-se que anteriores governos teriam extorquido, sonegado, delapidado de forma antidemocrática certas instâncias políticas ou administrativas, mais concretamente representativas do poder local, ao executarem leis aqui votadas, e cuja constitucionalidade não mereceu qualquer impugnação na sede para o efeito competente.

É inadmissível que se qualifique de antidemocrática a execução de leis livremente votadas por um parlamento eleito, leis essas que se sucedem no tempo e por isso se vão alterando, modificando e revendo.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Nenhum Governo pode ser acusado de procedimento antidemocrático ao dar cumprimento a leis orçamentais votadas pela Assembleia da República. Pode concordar-se ou discordar-se do seu conteúdo. Pode concordar-se ou discordar-se das alterações que intro-

duziram, para o espaço do tempo que cobrem, relativamente a legislação ordinária anteriormente existente. A regra da maioria e o prestígio dos parlamentos são, porém, pedras basilares da existência e do funcionamento das democracias representativas.

Não é, portanto, legítimo questionar-se a todo o momento democracia de leis aprovadas pelo Parlamento, devidamente promulgadas e publicadas, sem que antes ou depois da sua entrada em vigor tenha sido suscitada e declarada a sua constitucionalidade.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Estamos, pois — Governo, Assembleia da República e maioria da Aliança Democrática —, todos conscientes do significado político da votação que se segue. Mas cumpre-me ainda levantar duas questões: que modelo de regime económico está subjacente às Grandes Opções do Plano para 1982? Qual o sentido político das opções feitas pelo Governo e que enformam a proposta de lei do Orçamento?

A primeira questão é de resposta imediata: nos últimos anos, para desespero do PCP, foi-se sedimentando em Portugal um largo consenso social e político em torno de um regime económico aberto ao exterior, assente no livre funcionamento do mercado como regulador estrutural, em que coexiste a iniciativa privada, cooperativa e pública, e que pretende introduzir as adaptações institucionais decorrentes da adesão às Comunidades Europeias. Estamos, pois, bem longe, quer do liberalismo clássico que fez época, quer da direcção central da economia, de propensão colectivista. Uma economia de mercado, aberta a outras economias, envolvida num processo de integração na CEE, abarcando o dinamismo da iniciativa privada e cooperativa, e implicando uma efectiva racionalização e acrescida eficácia do sector empresarial do Estado — este o tipo de regime económico que a prática constitucional tem feito prevalecer para além das utopias de alguns, do nominalismo de terceiros e das visões teóricas de outros.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Este consenso em torno do regime económico, que se espera possa vir a ser consagrado na revisão constitucional, tem assumido traços tão marcados que ninguém se admirará de que tenha podido encontrar expressão evidente no discurso político de diversos órgãos de soberania.

O Governo tem-no formulado desde o primeiro dia da sua existência, em consonância com o seu Programa e com o programa eleitoral da Aliança Democrática.

E não posso deixar de sublinhar — pelo significado que, neste preciso momento, tal facto reveste — o entendimento definido esta semana pelo Presidente da República, ao admitir expressamente cito que “o nosso objectivo no campo económico deverá ser uma economia aberta e em modernização, orientada pelo mercado como regulador fundamental e baseada numa cooperação eficaz entre os agentes económicos privados e o sector empresarial do Estado” e ao considerar cito de novo “a integração na Comunidade Económica Europeia um dos pontos indiscutíveis de qualquer estratégia de desenvolvimento para Portugal”, concluindo que, cito outra vez, “será normal que a nossa economia se organize tal como acontece em

todos os países democráticos europeus, de modo a assegurar uma cooperação eficaz entre as empresas privadas e as empresas públicas, permitindo assim atingir uma máxima vantagem para toda a comunidade, uma maior flexibilidade em relação aos processos de modernização e de desenvolvimento, uma maior consistência na programação e no planeamento das estratégias empresariais e dos planos de desenvolvimento”.

Em política não bastam, todavia, as palavras. Elas não passam de intenções, que devem ser permanentemente concretizadas.

A formulação progressiva de consensos institucionais em matéria de regime político, de regime económico e de sistema de Governo é — da nossa óptica — sinal de maturidade democrática, de ultrapassagem de vanguardismos ideológicos, de superação de fantasmas doutrinários.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas a busca incessante do consenso não deve transformar-se em preocupação doentia nem alargar-se excessivamente a todos os campos e sectores.

**Vozes do PSD, do CDS e do PPM:** — Muito bem!

**O Orador:** — Temos o nosso programa, fizemos as nossas opções. E em nome delas que somos eleitos e que obtivemos uma maioria nesta Câmara. Não cairmos no abuso do consenso, nem na procura incessante de soluções mornas; não correremos nunca o risco de abandonar os princípios que defendemos, de trair o eleitorado para pactuar por tudo e por nada.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Nunca, em última análise, adulteraremos ou impossibilitaremos a alternância democrática do poder.

E, por isso que — diga-se com firmeza, neste preciso momento — defendemos a importância dos partidos políticos, que nunca os secundarizaremos, que sempre veremos neles o esteio indispensável da democracia.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Se quanto ao regime político e económico e a certas prioridades governamentais, bem como à revisão constitucional e a tudo o que disto e de outras questões ela encerra procuraremos o consenso, em nome da democracia, num outro plano, que não é apenas ideológico porque se traduz também na resolução correcta dos milhares de problemas com que Portugal se defronta — nesse outro plano, afirmamos em exclusivo as nossas convicções, as nossas intenções, os nossos objectivos, e vamos cumprilhos, de acordo com o Programa Eleitoral que os portugueses e as portuguesas nos confirmaram.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos transfere para a segunda questão que enunciei: a da opção política de fundo traduzida na proposta de lei do Orçamento. O Governo não esconde que tinha perante si dois caminhos possíveis. O primeiro era o de aceitar a lógica da inevitabilidade do agravamento do desequilíbrio orçamental, pelo menos em valor idêntico ao da evolução previsível da taxa de inflação

para 1982. Aceite tal inevitabilidade, estaria o Estado português a acelerar de tal forma o seu endividamento externo, que o peso dos juros a pagar em anos subsequentes iria perfazendo percentagens cada vez mais preocupantes do total das despesas correntes e, sobretudo, rapidamente se degradaria a nossa credibilidade financeira na comunidade internacional.

É certo que esse caminho de adiar uma inflexão estrutural pouparia tensões, aliviaria restrições de despesas, permitiria folgas não desprezíveis se o Governo quisesse pensar o futuro do País em termos essencialmente eleitoralistas. Mas Srs. Deputados tal cenário representaria em termos objectivos uma opção pelo curto prazo em desfavor do médio e longo prazo, pelos interesses imediatos de popularidade mais fácil em desfavor do rigor técnico e da honestidade cívica, pela política rasteira em desfavor das razões do Estado.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Ora, neste preciso momento, neste Orçamento, o que está em causa é a necessidade de juntar o rigor económico-financeiro à honestidade política que a todos nós se impõe, em nome do Estado a que pertencemos e que constituímos. Por isso, o Governo optou e opta por uma via diversa talvez mais espinhosa, porventura menos popular, mas mais exigente em termos nacionais. O défice para 1982 é sensivelmente reduzido, em termos reais, num começo de inflexão da política orçamental, que impõe contenções de despesas, nomeadamente correntes, esforços de produtividade acrescida e reorganização e racionalização das Administração Pública e do sector empresarial do Estado.

A redução do défice orçamental, aliada à conhecida limitação que deriva do elevado peso da carga fiscal no nosso país, implica uma mais acentuada preocupação com os gastos, uma mais cuidadosa selecção e mais criteriosa verificação da sua incidência.

Este Orçamento arranca, deste modo, de uma escolha política que se completa com as políticas de crédito, de rendimentos e de preços, partindo do pressuposto de que é indesejável, de que é inadmissível mesmo, prosseguir uma senda que empobrece o Estado, degrada a sua credibilidade política interna e externa e hipoteca o futuro dos nossos filhos.

Pode discutir-se acerca da desagregação sectorial das despesas orçamentadas. Pode debater-se o peso relativo dos diversos departamentos. Mas não é legítimo ignorar-se que, de uma forma geral, as despesas previstas correspondem a limites mínimos, abaixo dos quais parece muito difícil assegurar-se o preenchimento satisfatório das diferentes funções cometidas ao Estado.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um desafio político que o Governo encara com serenidade e com determinação. Os Portugueses têm direito à verdade — a toda a verdade — sobre a situação económica e financeira presente e também sobre o esforço de salvação nacional que sobre todos nós recai.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os Portugueses sabem que a conjuntura internacional nos é adversa. E dizê-lo, sem ambiguidades, não representa nem pode representar uma fuga ou uma diversão das responsabilidades básicas dos governantes.

Os Portugueses sabem que a seca é um factor sem precedentes nos últimos cem anos, agravou desequilí-

brios internos e acentuou factores externos negativos e dizê-lo com verdade, com sinceridade é obrigação de qualquer governante. Os Portugueses sabem que o enfrentar da crise não pode ser adiado, e exige um orçamento de verdade e de coragem para 1982. Os Portugueses sabem também que a superação da crise aponta para prioridades políticas que o Governo já definiu e que deverão resultar da iniciativa conjugada de cidadãos, grupos sociais e do Estado: a regionalização, o fomento da habitação, o incremento das exportações e a promoção da produção agrícola.

Se o Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista estivesse aqui a assistir às intervenções dos Membros do Governo responsáveis por esses sectores — o único que não falou foi o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas porque fez recentemente uma intervenção na Câmara — teria uma informação mais actualizada e positiva sobre o grande esforço, julgo que nacional, que o Governo está a fazer nestas e noutras áreas.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Não apoiado!

**O Orador:** — Os Portugueses sabem finalmente que por detrás do Orçamento para 1982 está uma vontade firme de mudança, de regeneração económica e de recuperação financeira.

Os Portugueses compreenderão por tudo isto, que o Governo trava a marcha para o abismo, não alimentará mais a devoradora bola de neve, evita a passagem da factura para as gerações que nos sucederão; e, ao mesmo tempo, tendo em conta as prioridades que fixou, as reformas a lançar e as opções de fundo a efectuar, abre portas de esperança, compatibilizando o rigor orçamental inadiável com o desenvolvimento económico possível e a qualidade de vida desejável.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Acabo como comecei — saudando em VV. Ex.<sup>as</sup>, representantes eleitos do povo português, o labor que se traduziu em longos e minuciosos debates na generalidade das duas propostas de lei. Num tempo e num momento preciso, em que tão fácil é denegrir as instituições e apoucar os homens que as suportam, não é demais uma palavra para sublinhar o papel de um parlamento livre num Estado Democrático de Direito.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Na democracia plena que, pretendemos para Portugal, todos os órgãos de soberania mergulham as suas raízes, directa ou indirectamente, na legitimidade popular. E todos eles merecem por isso respeito institucional inerente a essa legitimidade. Mas, os parlamentos, como órgãos colegiais amplos de expressão plural, suscitam uma maior atenção e juízos polémicos, que algumas vezes põem em causa fundamentos do próprio regime democrático. Não é possível pactuar com tais juízos, venham de onde vierem, dos extremos ou não da cena política nacional, e que se inserem em campanhas que também envolve a chamada classe dirigente e os partidos políticos. A desertificação política, que passa pelo desprestigar da instituição parlamentar, facilmente se converte no apelo a soluções autocráticas, a vocações messiânicas, a tentativas ditatoriais.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

A solidez do regime democrático, que se consubstancia no prestígio das suas instituições, supõe a sua credibilidade. A regeneração da economia portuguesa e a recuperação financeira são caminho seguro e indispensável para a credibilidade do regime democrático, porque se revestem de características de uma verdadeira política de salvação nacional, em democracia. Esta é a questão de base em toda a problemática que aqui temos debatido.

O Governo Sr. Presidente, Srs. Deputados, optou sem hesitações e sem ambiguidades. O Governo espera de VV. Ex.<sup>as</sup>, e da Assembleia da República, a assumpção das suas responsabilidades. O País aguarda, preocupado mas confiante, a vossa votação que representará, o nível individual e a nível partidário, a vossa opção nacional.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o Governo ultrapassou em seis minutos o seu tempo, período que lhe será descontado na sessão de amanhã.

Está encerrado o debate, vamos proceder à votação na generalidade da proposta de lei n.º 73/II sobre o Orçamento Geral do Estado para 1982.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Sr. Presidente, o Governo, talvez por não ter conseguido fazê-lo de outra maneira, enviou primeiro a proposta de lei do OGE e depois as Grandes Opções do Plano, no entanto, nesta altura, já não há necessidade de inverter aquilo que é natural: votar primeiro a proposta de lei das Grandes Opções do Plano e depois a proposta de lei do OGE.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, não vejo qualquer inconveniente, só não desejaría é que alguém me viesse depois criticar por fazer votar primeiro a proposta de lei n.º 76 e depois a n.º 73. Vamos seguir a sua sugestão.

Vamos então votar na generalidade a proposta de lei n.º 76/II sobre as Grandes Opções do Plano para 1982.

*Submetida à votação, foi aprovada, com 132 votos a favor (do PSD, do CDS e do PPM) e 100 votos contra (do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP).*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos agora votar na generalidade a proposta de lei n.º 73/II, sobre o Orçamento Geral do Estado.

*Submetida à votação, foi aprovada, com 132 votos a favor (do PSD, do CDS e do PPM) e 100 votos contra (do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP).*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar às declarações de voto respeitantes às votações na generalidade das propostas de lei n.os 73/II e 76/II.

*Neste momento alguns Srs. Deputados levantaram-se, abandonando a Sala.*

**O Sr. Presidente:** — Entretanto, pedia ao Sr. Vice-Presidente Amândio de Azevedo o favor de tomar a presidência e agradecia que os Srs. Presidentes dos grupos parlamentares e um representante do Governo se dirigessem ao Gabinete da Presidência para uma reunião.

Estão neste momento inscritos para produzir declarações de voto os Srs. Deputados Mário Tomé e António Rebelo de Sousa.

*Entretanto assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente Amândio de Azevedo.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Quero informar que não me importo de produzir a declaração de voto amanhã, dado que as condições existentes neste momento não são as melhores.

**O Sr. Presidente:** — Então, aguardaremos um momento, Sr. Deputado.

*Pausa.*

**O Sr. Presidente:** — Vamos continuar a reunião. Faça favor, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Sr. Presidente, não se encontra presente nenhum Membro do Governo.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, não é obrigatória a presença de qualquer Membro do Governo.

Faça favor de fazer a sua intervenção sem comentários.

**O Orador:** — Não é comentário nenhum, Sr. Presidente. Não é obrigatório estar aqui o Governo? Acho estranho.

*Entretanto tomou assento na bancada do Governo o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano (João Salgueiro).*

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo: Este Orçamento e esta política não são de salvação nacional. São antes, um orçamento e uma política de salve-se quem puder. E nós, partidos políticos que interpretam o sentido dos trabalhadores sabem quem vai salvar-se.

Para justificar esta política de salve-se quem puder o Governo utiliza uma demagogia que vai até ao paradoxo. Assim, não se importa de dizer que vai fazer uma política antipopular para satisfazer os interesses do povo e não se importa de confessar que é preciso despedir para garantir o emprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Orçamento, especialmente este, é uma forma que a grande burguesia encontra de se apropriar do produto de milhões de trabalhadores para depois o distribuir entre si num enorme regabofe, ou seja, aquilo que se constatou neste debate do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

É o desvio das verbas para aquilo que interessa aos grandes capitalistas e ao imperialismo, a inflação, o tecto salarial, o arrastamento das negociações dos contratos colectivos de trabalho, tudo isso, são as

formas que a classe usa, através do seu Governo, para se apropriar do produto de todos os trabalhadores.

E aqui falo em nome dos trabalhadores da CAM-BOURNAC que ainda ontem foram espancados e que estão à beira da miséria e do desemprego, em nome dos trabalhadores da MESSA, dos trabalhadores da função pública, dos moradores de Tovim e dos ocupantes do Vale da Amoreira, dos trabalhadores dos têxteis que foram violentados pela GNR e alvos de atentados terroristas do patronato, em nome de pescadores que não têm com que pescar — dos pescadores a quem é imposta limitação à sua actividade, para que sejam os estrangeiros, nomeadamente os espanhóis, tomar conta dos nossos barcos de pesca — em nome dos operários da Reforma Agrária, em nome dos trabalhadores dos Açores, onde as leis da Constituição não são cumpridas e onde os aumentos salariais — válidos para todo o País, como o da função pública, deste ano — não está a ser cumprido, não só pelo patronato, como pelo próprio governo dos Açores. É em nome destes que falo. Em nome dos jovens que estão no desemprego, dos doentes que vão pagar a doença mais caro e dos velhos que vão ter também a sua vida muito mais negra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A situação internacional é de profunda crise económica, política e social e vai continuar a aprofundar-se, apesar de poder conter curtas etapas de recuperação momentânea.

Nesta situação, o imperialismo intensificará a sua política de rapina sobre os povos, não se devendo excluir a hipótese de uma guerra de grandes proporções.

Do ponto de vista interno aprofunda-se a crise do capitalismo português, crise essa que é não só económica, mas também política.

Agravam-se as condições de vida do povo e intensificam-se os ataques ao 25 de Abril, à Constituição, às conquistas, às liberdades e à independência.

O Governo e a burguesia querem safar-se. Por isso, cada vez são mais obrigados a recorrer à repressão aberta para se salvarem da crise. É isso que têm vindo a fazer os governos da AD.

Quer o OGE, quer as Grandes Opções do Plano são documentos que visam gerir a crise por forma a obrigar os trabalhadores a pagá-la integralmente à custa de um agravamento nunca visto da sua própria situação.

Face ao imperialismo o Governo revela-se um dócil lacaio. Face ao povo apresenta-se como carrasco.

Por isso rejeitámos estes dois documentos postos à votação. Por isso eles devem ser rejeitados, não apenas aqui no Parlamento mas em todo o lado. Na prática, no concreto da vida quotidiana, os trabalhadores não vão ficar quietos. O Governo está a cavar a sua sepultura.

A coligação reaccionária está corroída por profundas contradições. Está podre. Quem a dirige é a política do CDS aqui claramente enunciada pelo Sr. Deputado Xerez numa intervenção fascista de uma ponta à outra. E, assim, ressoam na Assembleia da República os ecos da Assembleia Nacional. Entretanto, bastou que o Sr. Deputado Moura Guedes fizesse aqui um discurso reaccionário, mas com um cheirinho a social-democracia, para que toda a AD fosse atraíssada por profundas convulsões, demissões, etc.

O Governo sorri, mas está podre. E o último a rir — diz o ditado — é quem ri melhor. E esse, será o

povo, que pela sua luta fará estes documentos em farrapos, derrubará o Governo e fará estoivar a AD.

#### *Aplausos da UEDS e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Rebelo de Sousa.

**O Sr. António Rebelo de Sousa (ASDI):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A ASDI não pode deixar de considerar as propostas de lei do Plano e do Orçamento Geral do Estado, apresentadas nesta Assembleia, como sendo a confissão pública por parte da AD da sua manifesta incapacidade governativa.

É a confissão pública de incapacidade governativa da AD, fundamentalmente, pelas seguintes razões: porque, conforme não chegou a ser negado pelo próprio Ministro de Estado das Finanças e do Plano, a revalorização do escudo e, de uma maneira mais geral, a política cambial adoptada em 1980 foi responsável pelo orçamento do défice da Balança de Transacções Correntes; porque, contrariamente ao prometido pela AD, o Governo não tem conseguido reduzir, significativamente, em termos reais, os défices orçamentais, até porque, como é óbvio e a AD sempre soube, grande parte dos gastos públicos apresentam uma elevada rigidez; porque é graças à ausência de uma política de incentivos fiscais e de uma política de crédito motivadoras de um incremento acelerado das exportações que nós nos deparamos, hoje em dia, com o agravamento dos desequilíbrios externos; porque, também aí, ao contrário do prometido, não se tem posto, verdadeiramente, em prática uma política de combate ao desemprego; porque é incompreensível que, há um ano atrás, se dissesse não fazer sentido negociar, a curto e a médio prazos, com o FMI e, que presentemente, os principais dirigentes responsáveis da AD apontem para a inevitabilidade dessa mesma negociação e para a aplicação de um modelo ainda mais contracionista e de austeridade do que aquele que foi aplicado em 1978;

A ASDI e a esquerda democrática não poderão, ainda, deixar de considerar que a política económica preconizada pela AD irá provocar uma redução do rendimento disponível das famílias, a redução dos salários reais — na pressuposição de que a política cambial se mantenha inalterável e de que não são possíveis acréscimos significativos de produtividade, a curto prazo —, o agravamento da rigidez estrutural da oferta (resultado das próprias restrições de crédito) e o incremento dos índices de desemprego.

A esta política propomos nós uma alternativa global que assente nos seguintes aspectos essenciais: uma nova política de isenções fiscais ao sector exportador e que permita mobilizar o investimento produtivo; uma política monetária que assente mais na utilização de todas as potencialidades atinentes ao instrumento taxa de juro, optando-se por um leque mais amplo de taxas discriminatórias e atenuando-se as presentes restrições, através do sistema de *plafonds*; a consideração dos sectores industriais de base e de exportação de serviços como sectores fundamentais para a prossecução de uma estratégia coerente de crescimento; a execução de uma nova política de rendimentos e preços, com admissibilidade da canalização de uma parte do excedente líquido de exploração para os trabalhadores, permitindo-se, inclusive, a sua incorporação no

capital social das empresas em que os mesmos estão inseridos; a aplicação de uma nova política agrícola que dê mais garantias de estabilidade de obtenção de receitas ao nível dos produtores; a implementação de um modelo de reformas estruturais que possibilitem o acréscimo da produtividade e a diminuição da rigidez estrutural da oferta.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Este Plano e este Orçamento são o início da fase que é a antecâmara da queda do Governo da AD.

Isto porque este Plano e este Orçamento só são o que são porque a AD governou como governou em 1980 e no 1.º semestre de 1981. A AD governou para ganhar eleições, mas não para solucionar os problemas económicos do País, nem tão-pouco para defender os interesses de muitos — desde empresários a trabalhadores — que constituem a base social de apoio da AD.

O futuro há-de demonstrar, quando reinar o descontentamento na função pública, quando for evidente que o sector público não está em vias de ser racionalizado, quando ficar claro que o agravamento do défice externo se deve à política cambial prosseguida pelo Governo, quando muitos empresários compreenderem que as restrições de crédito são excessivas, quando a população se der conta da redução do rendimento disponível e quando se verificar que a mudança foi para pior, que a AD não tem credibilidade.

A AD não cumpriu e não irá cumprir.

O povo português saberá dar a devida resposta, apoiando um projecto de alternativa que não se limite a gerir a crise e que consiga, isso sim, ultrapassá-la.

É, também, por estas razões que nós votámos, convictamente, contra as propostas de lei do OGE e do Plano que, a nosso ver, são as mais criticáveis de 1976 para cá..

Fazêmo-lo em coerência com as nossas posições de sempre e sem renunciar ao projecto social-democrata.

Só que nem todos conhacerão essa coerência política e essa coerência doutrinária.

*Aplausos da ASDI, do PS, da UEDS e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Não existem na Mesa mais inscrições para declarações de voto.

Antes de encerrar a sessão, quero anunciar que a próxima terá lugar amanhã, dia 17, às 15 horas, e quero solicitar, de novo, aos grupos parlamentares que entreguem na Mesa as propostas de alteração às Leis do Orçamento e do Plano para a discussão na especialidade, propostas que serão ordenadas com a colaboração da Mesa da Assembleia e da Mesa da Comissão de Economia, Finanças e Plano para se proceder oportunamente à sua votação.

Declaro encerrada a reunião.

*Eram 13 horas e 40 minutos.*

#### Declaração de voto enviada para a Mesa

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia da República.

Ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, apresento a seguinte declaração de voto da proposta de lei n.º 73/II.

A proposta de lei do Orçamento Geral do Estado, com os anexos que a integram, constitui uma peça

única, verdadeiramente fundamental, na análise política de um governo uma vez que permite quantificar as verdadeiras opções programáticas de um governo.

Perante o OGE qualquer discurso, feito como mera adição de palavras agrupadas com fins eleitoralistas, rui, desmascarado, como vulgar paciência de castelo de cartas; não é a declaração de acalorada oratória que pode esconder a fria verdade da aritmética feita de um balanço receita, despesa onde, umas e outras, revelam a capacidade imaginativa de um governo ou de uma maioria.

O OGE que votámos, embora feito por um governo da AD, não é, não pode ser.... o documento que a maioria parlamentar, em termos teóricos, patrocinaria.

Um único exemplo. Atribui-se à saúde 59 299,8 milhões de contos cerca de 3 % a 4 % do Produto Interno Bruto, menos de metade da percentagem vulgarmente atribuída em países europeus. Amargamente lembro que prevemos gastar sensivelmente o mesmo no sector empresarial do Estado ou da defesa.

A proposta de lei é claramente uma proposta de compromisso entre o desejável e o possível. O desejável para uma maioria que o foi não para gerir a crise mas sim para mudar o País com coragem e realismo político e, o possível, que lhe é imposto pela soma negativa de condições internas e externas.

Condicionismos de origem externa geradoras da crise em quase todo o Mundo aliadas a situações internas anormais que vão desde o imponderável como foi — e é... — a seca até a um regime que espalha a vontade expressa da população é a sujeita a uma contribuição que legalize — há quem pretenda que eternize... — a subordinação do poder civil à vontade antidemocrática de órgãos fardados, não eleitos.

Que diferente que poderá ser, no futuro, o OGE de um governo que possa fazer a sua lei de delimitação de sectores económicos e que seja obrigado a aumentar um sector público do Estado não pretendido pela população mas imposto por uma Assembleia de "emefás" num longínquo 12 de Março?

A maioria foi eleita para governar o País e não para gerir a crise económica e estrutural de cuja essência discorda.

Se devido às regras do jogo que nos são impostas não for possível, a curto prazo, alterarmos esta realidade nada mais nos restará do que abandonarmos a crise na mão daqueles que são, por ela, realmente responsáveis.

Nesse caso a maioria livremente escolhida pelo povo de Portugal não poderá continuar a ser mera actriz de uma peça escrita por outros e por cuja encenação não é responsável.

Devido aos condicionalismos apontados, embora numa óptica crítica, votei a favor deste Orçamento Geral do Estado.

O Deputado do PSD, Jaime Adalberto Simões Ramos.

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Alberto Augusto Faria dos Santos.  
Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.  
Américo Abreu Dias.  
António Augusto Lacerda de Queiroz.  
António José B. Cardoso e Cunha.  
António Maria de O. Ourique Mendes.  
Bernardino da Costa Pereira.

Casimiro Pires.  
 Cecília Pita Catarino.  
 Fernando José da Costa.  
 Fernando Manuel Cardote B. Mesquita.  
 Fernando Manuel Cardote Ferreira.  
 Francisco de Sousa Tavares.  
 Henrique Alberto Nascimento Rodrigues.  
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
 José Luís Figueiredo Lopes.  
 Manuel António Lopes Ribeiro.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.  
 Maria Manuela Dias Moreira.  
 Marília Dulce Coelho Pires D. Raimundo.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Natália de Oliveira Correia.  
 Nicolau Gregório de Freitas.  
 Pedro Miguel Santana Lopes.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.

**Partido Socialista (PS)**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 António Francisco B. Sousa Gomes.  
 António José Vieira de Freitas.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Alfredo Félix Vieira Lima.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 Joaquim José Catanho de Menezes.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.  
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.  
 Henrique Manuel Soares Cruz.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Augusto Gama.  
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.  
 Paulo Oliveira Ascenção.

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Dias Lourenço da Silva.  
 Carlos Alfredo de Brito.

Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Ercília Carreira Talhadas.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 José Manuel da C. Carreira Marques.  
 Manuel Correia Lopes.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Vital Martins Moreira.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

António Cardoso Moniz.

**Movimento Democrático Português (MDP/CDE)**  
 Helberto de Castro Goulart da Silva.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Leonardo Eugénio R. Ribeiro Almeida.

**Partido Socialista (PS)**

Alfredo José Somera Simões Barroso.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Gonçalves Janeiro.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 Francisco Mesquita Machado.  
 Jorge Fernando Branco Sampaio.  
 José Luis Amaral Nunes.  
 Júlio Filipe de Almeida Carrapato.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Parcídio Summaville Soares.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Américo Maria Coelho Gomes de Sá.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Álvaro Barreirinhos Cunhal.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Maria Odete dos Santos.

**OS REDACTORES DE 1.ª CLASSE: Cacilda Nordeste — José Diogo.**

PREÇO DESTE NÚMERO 28\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA